

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA ANANDA CICERI

**O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO SETOR
AGROPECUÁRIO E A BANCADA RURALISTA COMO ATOR DE POLÍTICA
EXTERNA (2006 – 2019)**

Porto Alegre

2019

LARISSA ANANDA CICERI

**O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO SETOR
AGROPECUÁRIO E A BANCADA RURALISTA COMO ATOR DE POLÍTICA
EXTERNA (2006 – 2019)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Ciceri, Larissa Ananda
O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA
NO SETOR AGROPECUÁRIO E A BANCADA RURALISTA COMO
AGENTE DE POLÍTICA EXTERNA (2006 - 2019) / Larissa
Ananda Ciceri. -- 2019.
73 f.
Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agronegócio. 2. Bancada Ruralista. 3. Política
Externa Brasileira. I. Ernesto Filippi, Eduardo,
orient. II. Título.

LARISSA ANANDA CICERI

**O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO SETOR
AGROPECUÁRIO E A BANCADA RURALISTA COMO ATOR DE POLÍTICA
EXTERNA (2006 – 2019)**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador, Eduardo Ernesto Filippi, por me incentivar a pensar de maneira crítica sobre o mundo e pelas provocações feitas em sala de aula e em nossas reuniões que me levaram a este trabalho.

À minha mãe, por todo gesto em forma de carinho e apoio que me foi concedido desde sempre.

À Aline, Amanda, Thaís e Taciele por todas as conversas, festas, trabalhos e madrugadas de debates que deram sentido a esta faculdade muito além do diploma. Toda minha admiração por ter crescido, nestes últimos cinco anos, junto de mulheres tão únicas e extraordinárias.

Ao William, Guilherme, Mikael, Rodrigo e Yuri pela parceria e risadas em todos os Congressos, viagens de ônibus, desabafos, jogos de truco e festas que só me deixam lembranças maravilhosas dos últimos cinco anos.

Ao grupo dos Amigos, pelo companheirismo em todos os jogos de truco no Centro Estudantil, por todos os EERRI e Pampasul, pelos quatro verões e festas de Ano Novo passados juntos. Esses cinco anos de faculdade foram inesquecíveis por causa de vocês.

Ao Leonardo, Pedro, Yuri, Aline e Caroline por estarem presentes na minha vida desde o colégio e, sem eles, não teria conhecido a faculdade de Relações Internacionais.

RESUMO

O Brasil, a partir dos anos 2000, assumiu posição de liderança na produção e na exportação de produtos agrícolas, tornando-se relevante ator para a segurança alimentar mundial. Essa posição de destaque foi possível devido a acontecimentos nas décadas anteriores, a partir da expansão da pesquisa e desenvolvimento tecnológica nacional focada no setor agrícola e, principalmente, do Plano Real. O Plano Real foi o sétimo, e último, plano de estabilização econômica em uma década no Brasil, sendo capaz de por fim à alta taxa de inflação, remanescente do milagre econômico. A partir do Plano Real, o agronegócio brasileiro pode aproveitar as oportunidades que surgiram no início dos anos 2000 para expandir-se no comércio internacional e na produção. Compreendendo a guinada da economia brasileira em direção ao setor agrícola a partir da década de 2000, é válido investigar se esse comportamento replicou-se para a esfera política doméstica. Nesse sentido, entende-se a Bancada Ruralista como grupo parlamentar representante dos interesses do agronegócio do Congresso Nacional e, por isso, é o sujeito de estudo escolhido para análise. Dessa forma, busca-se averiguar a expansão de representatividade dos interesses do agronegócio no poder Legislativo e se é possível identificar a projeção destes interesses para o plano internacional.

Palavras-chave: Plano Real. Agronegócio. Banca Ruralista. Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

Since 2000, Brazil has assumed a leading position in the production and export of agricultural products, becoming a relevant actor for world food security. This prominent position was made it possible by events in previous decades, from the expansion of national research and technological development focused on the agricultural sector and, especially, the Plano Real. The Plano Real was the seventh, and last, economic stabilization plan in a decade in Brazil, it was capable of ending the high inflation rate that remains from the “economic miracle”. From the Plano Real, Brazilian agribusiness could take advantage of the opportunities that arose in the early 2000s to expand in international trade and production. Understanding the shift of the Brazilian economy towards the agricultural sector from the 2000s, it is worth investigating whether this behavior has replicated for the domestic political sphere. In this sense, the Ruralist Bench is understood as a parliamentary group representing the agribusiness interests on the National Congress and, therefore, is the chosen subject of study for this analysis. Thus, this paper seek to investigate the expansion of the representativeness of agribusiness interests in the Legislative power and whether it is possible to identify the projection of these interests to the international level.

Keywords: Plano Real. Agribusiness. Ruralist Bench. Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação do PIB agrícola e industrial entre o século XX e a década de 1980.....	19
Figura 2 – As alterações na taxa de inflação anual entre 1994 e 1998.....	29
Figura 3 - Relação do PIB agrícola e industrial entre o século XX e a década de 2000.....	34
Figura 4 – Crescimento médio anual do agronegócio e as variações setoriais: 2000-2013.....	36
Figura 5 – Comparação do VBP total e participação do VBP da agricultura e pecuária.....	37
Figura 6 – VBP da agricultura e seus cinco principais produtos.....	38
Figura 7 – Valor das exportações do agronegócio e os valores da soja e das carnes (2000-2018)....	41
.....	41
Figura 8 – Aumento da participação de regiões em desenvolvimento com o agronegócio: 2000-2014.....	46
Figura 9 – Participação da China, União Europeia e Estados Unidos com o agronegócio: 2000-2014.....	48
Figura 10 – Número de Assinaturas da Frente Parlamentar da Agropecuária: 2008-2019.....	54
Figura 11 – Parlamentares componentes da Bancada Ruralista: 2006-2019.....	56
Figura 12 – Comparação entre o número de participantes da Frente Parlamentar e da Bancada Ruralista: eleições 2006-2018.....	57
Figura 13 – Comparação entre os números totais de membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e o número de parlamentares ruralistas na Comissão.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
PIB	Produto Interno Bruto
PSI	Processo de Substituição de Importações
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
URV	Unidade Real de Valor
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA	16
	2.1 O PLANO REAL SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA	20
	2.2 A GUINADA PARA A AGROPECUÁRIA NOS ANOS	32
3	A REPRESENTATIVIDADE DOS INTERESSES DO AGRONEGÓCIO NO CONGRESSO NACIONAL E NA POLÍTICA EXTERNA	50
	3.1 INCHAÇO DA BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL ...	52
	3.2 TERIA A BANCADA RURALISTA COMPORTAMENTO INTERNACIONALISTA?	58
4	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pela agricultura. A partir de sua descoberta pelos portugueses, em 1500, iniciou-se o ciclo extrativista do pau-brasil¹, passando pelo período de produção ápice do açúcar², e chegando ao do café³, na República. Como símbolo da relevância da agricultura na história brasileira, destaca-se a fundação do Ministério da Agricultura datada da época do Império, quando o Brasil era governado por Dom Pedro II, e que completou 159 anos em 2019. O Ministério foi constituído por decreto no ano de 1860 e, por isso, é mais antigo que a própria República no Brasil, a qual foi proclamada em 1889 (BRASIL, 2018a). Todavia, ainda que o Brasil tenha sua história econômica entrelaçada à exploração de bens primários, até a década de 1980 o país ainda não era capaz de garantir a segurança alimentar⁴ de sua população e era um considerável importador de produtos primários (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 63).

Para melhor compreender como e por onde começou a expressiva mudança no setor agropecuário brasileiro, Vieira Filho e Fishlow (2017) separaram a história brasileira em três fases: a década de 1960, as décadas de 1970 e 1980 e as décadas de 1990, 2000 e 2010. Em seu trabalho, os autores destacaram o papel central do investimento do governo federal na criação de uma base de pesquisa para o aprimoramento do setor agropecuário e para inovação tecnológica dentro do território brasileiro, incentivando a produção científica nacional. Esse investimento

¹ A a extração do pau-brasil foi a principal atividade econômica entre 1500 e 1535, obtida principalmente pela troca com os índios depois que as árvores rarearam no litoral (FAUSTO, 1995).

² Nas décadas de 1530-40 a produção de açúcar teve suas bases consolidadas no Brasil. Entre 1570-1620, passa-se por um período de expansão, no qual há demanda europeia e pouca concorrência, decorrente das complicações com a Guerra dos Trinta Anos (1618) na Europa. Porém, a partir de 1630 surge concorrência nas Antilhas (plantações da Inglaterra, França e Holanda), causando a elevação do preço dos escravos e perda de controle do preço do açúcar pelo Brasil. Apesar disso, durante o período colonial a renda das exportações do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Ao fim do período colonial, a produção teve um novo alento em razão de medidas tomadas pelo Marquês de Pombal e uma série de acontecimentos internacionais que favoreceram a expansão, tais como a revolta de escravos em São Domingos nas Antilhas, em 1791 (FAUSTO, 1995).

³ O Café começa a ser introduzido no Brasil desde início do século XVIII para fins de consumo local, assumindo importância comercial no fim do século XVIII. Após a vinda da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, observou-se uma nova movimentação no mercado interno da região e a formação do que viria a ser tornar a elite cafeeira. O Vale do Paraíba tornou-se um centro da produção cafeeira, desenvolvendo consigo um “condensador de lavouras e de população” (PRADO Jr., 1969, p. 162). A região e a produção do café concentram a maior parcela da riqueza nacional durante o séc. XIX até a segunda metade do séc. XX (PRADO, Jr, 1969).

⁴ Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (2015), há segurança alimentar quando a população é capaz de produzir ou comprar alimentos suficientes para satisfazer suas necessidades diárias para ter uma vida ativa e saudável.

culminou na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1973, conhecida também como Embrapa, a qual, nas décadas seguintes, ajudaria a impulsionar a expansão das terras agricultáveis e o aumento da produtividade agrícola (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Outro fator relevante para a evolução do setor agropecuário brasileiro foi a estabilização econômica proporcionada pela elaboração do Plano Real. O Plano Real possibilitou que o Brasil, após o controle inflacionário, pudesse explorar as oportunidades existentes no cenário mundial dos anos 2000. No mesmo período, a Embrapa começava a entregar resultados positivos em produtividade do setor agropecuário. Por isso, a década de 1990 é considerada ponto de inflexão nos rumos da economia brasileira (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Levando em consideração que, nos últimos 60 anos de história no Brasil, o país passou por um golpe militar, hiperinflação, redemocratização, sete planos econômicos para estabilização, sete diferentes moedas nacionais, redirecionamento do setor chave da economia para o setor primário, criação da Embrapa e aprofundamento do conhecimento técnico nacional na agricultura, é mais do que provável que existiram impactos na sociedade brasileira. Mais relevante para este trabalho, é válido questionar-se como a classe política interagiu com tais modificações da realidade socioeconômica interna.

Nesse sentido, buscar-se-á mapear a representatividade do grupo de interesse diretamente relacionado ao agronegócio, a Bancada Ruralista, na principal instituição política brasileira, o Congresso Nacional, e a extensão dos interesses deste grupo para a esfera internacional. Dessa forma, para este trabalho delimita-se o espaço-tempo a partir das eleições para presidente, governadores, deputados e senadores de 2006, momento em que se iniciou o desenho da instituição política suprapartidária representante do agronegócio e que foi oficializada em 2008 com a fundação da Frente Parlamentar da Agropecuária, até o ano de 2019.

Em consonância, este trabalho percebe as Relações Internacionais através das lentes do novo institucionalismo liberal proposto por Robert Keohane e Joseph Nye, uma vez que os autores percebem a conexão entre o doméstico e o internacional. Keohane e Nye opõem-se à teoria realista das Relações Internacionais, ao analisar a complexidade das interações entre os atores internacionais a partir do aprofundamento do processo de globalização. Com o aumento do nível de trocas econômicas entre os países e o processo de internacionalização das economias, os autores notam o desenho de uma nova configuração do cenário político internacional, na qual tudo estaria interligado e as fronteiras internas e externas estariam cada vez mais permeáveis.

Estaria formando-se o cenário de *interdependência complexa* no qual os acontecimentos internacionais impactariam na sociedade doméstica e, por isso, novos atores surgiriam na esfera das negociações internacionais. (FIGUEIRA, 2011).

A análise feita por Robert Putnam (2010) sobre o subcampo das Relações Internacionais de Análise de Política Externa também está inserida nesta visão de mundo quando propôs a teoria do Jogo de Dois Níveis. Nele, Putnam percebe que, a partir de um mundo globalizado, as negociações internacionais estariam sendo impostas a novas dinâmicas. O negociador-chefe precisaria, primeiro, ponderar as demandas e negociar com os grupos internos para, depois, sentar-se à mesa de uma negociação internacional para expor os interesses nacionais e dos grupos internos frente outro negociador-chefe. Nesse sentido, há o aumento de complexidade nas negociações internacionais, uma vez que não são apenas os interesses de projeção do Estado que devem ser representados em uma mesa de negociação. A complexidade eleva-se, novamente, quando considerado que o outro negociador-chefe passou pelo mesmo processo antes de chegar à negociação (PUTNAM, 2010).

Assim, as relações internacionais seriam as interações entre negociadores-chefes que, constantemente, buscam balancear o jogo de poder entre os dois níveis ao aproveitar as oportunidades e maximizar os benefícios de um acordo enquanto são pressionados pelos grupos internos por representatividade. Ao mesmo tempo, os negociadores-chefes necessitam de aprovação das instituições internas do que foi acordado, visto que os resultados das negociações internacionais são submetidas à ratificação no plano doméstico (PUTNAM, 2010). No caso brasileiro, cabe ao Congresso nacional validar ou não os acordos e cada acordo internacional é submetido às Comissões de Relações Exteriores do Legislativo para que seja debatido pelos parlamentares e, posteriormente, votado sua aprovação ou rejeição (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, se os interesses dos grupos domésticos estiverem representados nos acordos internacionais, é menos provável que esses acordos sejam rejeitados nas instituições políticas domésticas e os esforços empenhados na negociação não terão sido em vão (PUTNAM, 2010). A autora Lisa Martin, ao analisar as interações entre o Poder Legislativo e Executivo na formulação da política externa, atribui relevância quando há influência do Legislativo no desenho do posicionamento externo visto que este comportamento concede maior credibilidade ao acordo internacional negociado. O envolvimento do Legislativo dá maiores garantias de que os termos

acordados em uma mesa de negociação sejam ratificados internamente (FIGUEIRA, 2011). Por isso, para Putnam (2010), nenhum dos dois níveis devem ser ignorados na formulação da política externa.

Portanto, tendo em vista a complexidade das Relações Internacionais inseridas em um contexto global conectado, no qual acontecimentos internos impactam o Sistema Internacional e vice-versa, buscar-se-á averiguar a seguinte questão, norteadora dos rumos deste trabalho: **a bancada ruralista pode ser considerada um agente na formulação da Política Externa entre o período que se estende de 2006 a 2019?**

De forma a alcançar este objetivo, tem-se como objetivos específicos: i) entender a adoção do Plano Real como relevante ponto de inflexão da economia contemporânea brasileira e relacionar os impulsos das políticas econômicas liberais do período em direção ao relativo enfraquecimento da indústria nacional ii) investigar a interferência dessas mudanças econômicas sobre a esfera política nacional.

Considerando tal panorama, o presente trabalho justifica-se pela relevância do estudo da agropecuária no Brasil e nas Relações Internacionais, não somente compreendida como dados econômicos puros de transações econômicas, lucratividade e produtividade, mas como fator modificador da sociedade interna brasileira e de sua projeção internacional. Da mesma forma, este trabalho insere-se em uma visão de mundo globalizado e interdependente que percebe as Relações Internacionais como campo das Ciências Sociais aplicadas, no qual necessita a compreensão de elementos advindos da Economia e da Ciência Política para que se faça completo. Por isso, justifica-se ao tentar agregar ao entendimento das Relações Internacionais mais plurais do século XXI.

Busca-se responder ao problema levantado e alcançar os objetivos propostos por este trabalho através do modelo analítico descritivo com revisão bibliográfica dos campos acadêmicos da Economia Brasileira Contemporânea, direcionado para a expansão do setor agropecuário a partir, principalmente, de 2002, das Relações Internacionais, mais especificamente da área da Política Externa Brasileira e projeção internacional, e da Ciência Política, baseado em textos sobre a democracia brasileira e os grupos de pressão e de lobby no Legislativo. Ainda propõe-se, para a compreensão do Plano Real e do processo de especialização no setor agrícola, a análise quantitativa de dados econômicos sobre exportações, PIB, Balança de Pagamentos advindos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central, Fundação Getúlio Vargas

(FGV), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros. Enquanto, para o entendimento da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional e sua possível projeção externa, busca-se dados do próprio Congresso Nacional e de pesquisas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), para perceber o aumento (ou não) da frente parlamentar, e artigos acadêmicos e dados disponibilizados pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como notícias dos principais meios de comunicação nacionais para a análise de Política Externa.

Dessa forma, esta monografia terá dois capítulos de desenvolvimento, ademais das seções destinadas à introdução e às considerações finais. No primeiro capítulo, buscar-se-á apresentar os impactos do Plano Real sobre os rumos da economia brasileira, considerando o processo de desaceleração da indústria nacional e a guinada para a agropecuária nos anos 2000. Inicialmente, propõe-se analisar a evolução dos setores industriais e agrícolas entre as décadas de 1930 e 1980, apresentando as porcentagens de participação setorial no PIB brasileira em cada década. A partir disso, o capítulo divide-se em duas subseções: a primeira destina-se à compreensão dos motivos do sucesso do Plano Real para a estabilidade econômica e porquê pode ser considerado ponto de inflexão na economia brasileira; na segunda subseção objetiva-se comprovar, através de levantamento de dados econômicos, a evolução do setor agropecuário brasileiro nas décadas 2000 e 2010.

No segundo capítulo, trabalhar-se-á com a questão da representatividade dos interesses do agronegócio no Congresso Nacional, investigando o inchaço da bancada ruralista no Congresso e seu possível comportamento internacionalista. Em sua primeira subseção demonstra-se a conexão entre o crescimento econômico da agropecuária e a expansão dos interesses deste grupo nas instituições políticas brasileiras, caracterizadas pelo Congresso Nacional. Já, em sua segunda subseção, percebendo o agronegócio como setor agropecuário de relação direta com o comércio internacional, investiga-se a possível projeção na esfera externa dos interesses da Bancada Ruralista.

2 OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Por mais que o Brasil esteja alicerçado às raízes agrícolas, durante a sua história buscou desenvolver-se através do processo de industrialização, fazendo parte de uma tendência mundial. Ainda no período imperial, alguns movimentos em direção à industrialização foram feitos, com destaque isolado para a atuação do Barão de Mauá. Todavia, a indústria iniciante brasileira dependia das importações para garantir matéria-prima e maquinário, visto que esta tecnologia não era produzida no Brasil. O país, neste período, era uma economia agroexportadora dependente das oscilações dos produtos no mercado internacional e que tinha no café a força motriz de incentivo à urbanização e à captação de investimentos para construção de ferrovias e infraestrutura. Na virada para o século XX, a agricultura representava algo em torno de 45% do PIB, enquanto a indústria girava em torno de 11% (BARROS, 2014).

Foi apenas a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que uma estratégia industrializante se instaurou no país. Baseada no protecionismo à indústria nacional, na desvalorização do câmbio e na limitação das importações impulsionada pela decadência do café, a estratégia de industrialização foi plenamente guiada pelo governo nacional. Tal estratégia obteve ganhos significativos visto que, durante a década de 1940, o PIB ficou dividido entre 30% advindo do setor agrícola e 19% do setor industrial (BARROS, 2014).

Com a queda de participação da agricultura no PIB nacional, a fome se tornou questão central para o governo de Getúlio Vargas que lançou o programa “Marcha para o Oeste” o qual incentivava o povoamento do interior para produção agrícola, principalmente no Cerrado do Centro-Oeste. Também como plano de combate à fome, o governo nacional continuou a investir no processo de industrialização por acreditar que o setor era “motor de crescimento” capaz de gerar mais empregos, rendas maiores e, garantir alimentação básica para as famílias (BARROS, 2014).

Já na década de 1950, o Estado brasileiro tomou a frente definitiva da estruturação do processo de industrialização com o incentivo ao desenvolvimento da indústria dos bens de consumo duráveis. O carro-chefe deste processo seria a indústria automobilística, a qual dependia das indústrias metalúrgica, siderúrgica, de maquinários e de equipamentos. Devido ao enfoque no processo de industrialização, outros setores, principalmente a agricultura, acabaram por ter menor

quantia repassada em investimentos do que seria seu potencial. Como consequência deste enfoque, o PIB industrial continuou crescendo e o agrícola, decrescendo: enquanto na década de 1950, a indústria representava 25,5% do PIB, a agricultura representava 22,5%; já na década de 1960, os números passaram para 30% e 17%, respectivamente. Assim, viu-se a necessidade de aumentar o incentivo ao desenvolvimento da agricultura para que fosse possível dar continuidade ao processo de industrialização uma vez que a oferta de alimentos atingia estado crítico (BARROS, 2014).

Entre 1964 e 1965, o processo de urbanização brasileiro avançava e atingia o marco histórico da população urbana ultrapassar a população rural. Esse movimento de êxodo rural acentuado aumentou a demanda por alimentos pressionando o desabastecimento alimentar. Nesse sentido, foi criado, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com a intenção de aumentar a produção de alimentos e diminuir a fome através da expansão do crédito (VIEIRA FILHO, FISHLOW, 2017).

Ainda na década de 1960, foi iniciada uma política agrícola voltada para o problema do desabastecimento que tinha como principal objetivo o crescimento da produtividade para, assim, diminuir a fome no Brasil. Essa política agrícola era voltada para a produção, incentivando a expansão da área cultivada e o ganho de produtividade através do investimento em pesquisa e da liberação de crédito para a modernização da agricultura. Dessa forma, para que o aumento de produtividade fosse atingido seria necessário conhecimento e conhecimento só é adquirido através de pesquisa e educação, assim a meta deste projeto apenas seria atingida em longo prazo (BARROS, 2014).

Por conseguinte, Embrapa foi formulada em 1973 com o objetivo central de tornar-se uma instituição centralizadora da pesquisa e desenvolvimento brasileiros para tratar especificamente do setor agrícola do país. No seu período inicial, ademais, a Embrapa foi idealizada para, através da pesquisa, auxiliar no combate à fome e para desenvolver o setor agropecuário brasileiro, buscando impedir a crise de desabastecimento (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A década de 1970 trouxe pontos favoráveis para o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro, como o *boom das commodities*⁵ no mercado internacional e as Crises Internacionais do

⁵ Commodities agrícolas são mercadorias que servem como matéria-prima para a formação de outros subprodutos ou produtos. Também, uma mercadoria agrícola para ser classificada como commodity precisa ser produzido em larga escala e ser negociado na bolsa de valores (INSTITUTO AGRO, 2018)

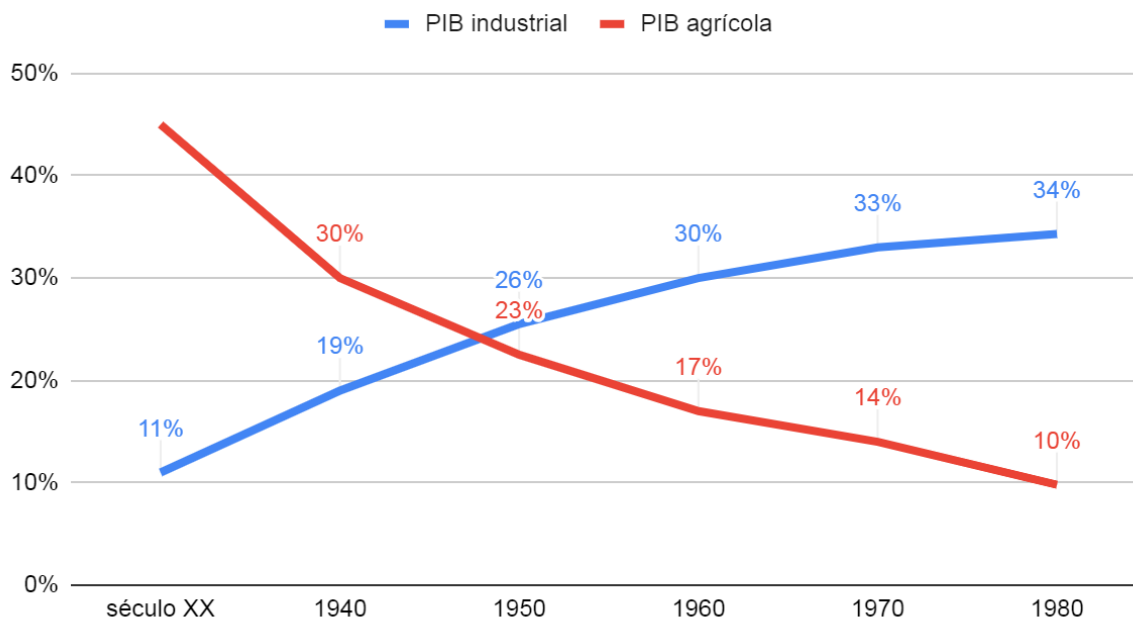
Petróleo que levaram à criação do Programa Pró-Álcool e envolveram a agricultura no setor energético. Todavia, com o auxílio do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual buscava diversificar e completar o processo de industrialização nacional, a indústria ainda era parcela dominante do PIB durante a década de 1970, a qual representava 33%, enquanto a agricultura caía para 14% (BARROS, 2014).

Mesmo sendo denominada de “década perdida”, a década de 1980 foi, relativamente, positiva para o setor da agricultura brasileira tendo em vista que o setor cresceu em média 2% ao ano, enquanto a indústria, no mesmo período, cresceu 0,2%. Esse crescimento da agricultura em um período tão desfavorável foi, em muito, devido aos ganhos de produtividade que possibilitaram uma diminuição nos preços das mercadorias agrícolas (BARROS, 2014). A Embrapa, em quase uma década de pesquisa, já entregava resultados positivos que, através da técnica de calagem, conseguiu tornar os solos do Cerrado agricultáveis e viabilizou a expansão agrícola para o Centro-Oeste ainda nos anos 1980. Dessa forma, a agricultura saiu de regiões tradicionais como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e conquistou estados pouco explorados anteriormente, chegando ao Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Foi, na década de 1980, que o Brasil deixou de ser importador líquido de alimentos (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Contudo, a época era de forte instabilidade econômica o que acarretou em diversos cortes de investimentos estatais no setor agropecuário, assim como acarretou em redução da disponibilidade de crédito devido à alta inadimplência do setor, elevando a dívida setorial com o governo. Neste período, a indústria atingiu um recorde histórico de participação no PIB brasileiro chegando à marca de 34,3%, já a agricultura sofreu mais uma queda, chegando a 9,8% (BARROS, 2014).

Figura 1 – Relação do PIB agrícola e industrial entre o século XX e a década de 1980

PIB setorial: século XX à década de 1980



Fonte: Elaboração própria a partir por Barros (2014)

Os anos 1990 foram muito positivos para a pesquisa e desenvolvimento no Brasil, visto a criação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), vinculado ao Ministério da Agricultura. O SNPA aglomerou na mesma instituição a Embrapa, universidades federais e estaduais, instituições públicas e privadas como parte do plano de estratégia nacional de desenvolvimento do setor agrícola. Nesse sentido, o SNPA fundou um banco de dados comum, para disseminar mais facilmente os conhecimentos disponíveis devido à pesquisa, fomentando também a cooperação científica entre os pesquisadores que faziam parte da instituição. A Embrapa se encontrava em um período próspero visto que sua existência não era mais questionada e sua importância era reconhecida pelo governo federal e pela sociedade brasileira devido aos resultados positivos entregues desde sua criação (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Assim, o Brasil entrou na década de 1990 com ganhos reais nos investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento para o setor agrícola e expansão das terras agricultáveis para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Entretanto, os anos 1990 foram, novamente, de forte instabilidade econômica e foram assombrados pela constante e crescente inflação, mesmo depois

de diversos planos econômicos propostos pelo Estado para tentar combatê-la. As decisões tomadas durante a década de 1990 teriam relevantes impactos sobre os rumos do Brasil para as décadas seguintes.

2.1 O PLANO REAL SOBRE OS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil adentrou a década de 1990 com uma crise econômica fabricada em 1970 e aprofundada em 1980 através da estratégia de desenvolvimento estatal alicerçada no crescimento pelo endividamento externo e no fenômeno do “Milagre econômico⁶”. Para que seja possível falar, com propriedade, sobre os rumos do Brasil a partir dos anos 1990 e sobre o Plano Real, é necessário abordar os planos de estabilização econômica antecessores que tiveram impactos negativos sobre o rumo da economia.

O primeiro dos planos de estabilização implementados foi o Plano Cruzado. O Plano Cruzado foi posto em prática no segundo ano de governo de José Sarney, mais especificamente, em fevereiro de 1986. Diferentemente do presidente eleito, Tancredo Neves, Sarney não era visto como uma figura diplomática e aberta ao diálogo, capaz de ser flexível e de lidar com opiniões antagônicas. José Sarney foi eleito vice-presidente da República pela chapa “Aliança Democrática”, contudo assumiu à presidência após o falecimento de Tancredo logo após sua vitória nas eleições indiretas. Essas variáveis levaram a um cenário de insegurança e falta de apoio popular concreto em torno da figura de Sarney. O Plano Cruzado objetivava pôr fim à inflação através de quatro pilares: reforma monetária e congelamento dos preços, desindexação da economia, desvinculação dos preços e das cadernetas de poupança da inflação mensal e política salarial baseada no congelamento dos salários (CASTRO, 2011a).

O Plano definiu o Cruzado como nova moeda nacional, substituindo o Cruzeiro, e buscou implantar a ideia de uma moeda forte. Todavia, mesmo com o apoio popular inicial, o Plano não foi capaz de conter a inflação crescente devido à errônea leitura da taxa de inflação e ao aumento de demanda a partir do crescimento do consumo e da disponibilidade de crédito ocasionado pela política de estabilização (CASTRO, 2011a).

⁶ Milagre econômico foi o modelo de desenvolvimento implementado na Ditadura Militar que tinha como proposta alterações estruturais na economia brasileira através do Processo de Substituição das Importações (PSI) por endividamento externo (HERMANN, 2011)

Com o fracasso do Plano Cruzado e o desabastecimento de produtos, foi lançado, em novembro de 1986, o Plano Cruzado II. O Plano Cruzado II era um novo pacote fiscal que buscava aumentar a arrecadação do PIB através do aumento dos preços de bens finais; ou seja, foi uma válvula de escape para o fim do congelamento dos preços. Assim, os próprios formuladores do Plano Cruzado lançaram outro plano econômico que estimulava o fim do primeiro, oficialmente encerrado em fevereiro de 1987 (CASTRO, 2011a).

Ainda em novembro de 1987, a nova equipe econômica do governo Sarney, comandada por Luís Carlos Bresser-Pereira, desenhou uma política de estabilização econômica alternativa. O Plano Bresser, como ficou conhecido, propôs a utilização de política fiscal e monetária contra a inflação. Dessa maneira, o Plano Bresser objetivava causar um choque deflacionário na economia brasileira através do congelamento de preços e salários realizado em três etapas: primeiramente, congelamento total nos três primeiros meses passando pela flexibilização do congelamento e, por fim, o descongelamento. Com a falta de resultados, a taxa de inflação mensal chegando a 14% e a impopularidade das políticas adotadas no Plano Bresser levou à renúncia de Bresser-Pereira ao cargo de Ministro e ao fim desta política de estabilização (CASTRO, 2011a).

O próximo plano de estabilização econômica e de controle da inflação foi lançado após a promulgação da Constituição de 1988 e foi denominado Plano Verão, o qual foi adotado no último ano de governo Sarney, em janeiro de 1989, mesclando políticas econômicas ortodoxas e heterodoxas em um único programa. Com o novo programa de estabilização, foi estipulado, novamente, o congelamento dos preços por período indeterminado e foi formulada uma nova moeda nacional, o Cruzado Novo, o qual tinha paridade frente ao dólar. O Plano Verão conseguiu causar queda na inflação no mês seguinte à sua adoção, entretanto foi incapaz de contê-la no longo prazo. No início de 1990, a taxa de inflação mensal atingia 80% (CASTRO, 2011a). Em cinco anos de governo José Sarney, os seus quatro planos de estabilização econômica e de combate à inflação acabaram por ser malsucedidos.

Fernando Collor de Mello foi, em 1990, o primeiro presidente eleito por voto popular e teve como vice-presidente Itamar Franco. Collor foi eleito baseado em promessas de combate à corrupção e de mudanças estruturais na economia brasileira. O novo presidente, então, pôs em curso um processo de forte liberalização econômica, que seria aprofundado nos governos que seguem, rompendo com o modelo de desenvolvimento alicerçado na intervenção direta do Estado, no protecionismo ao setor industrial e na oferta de crédito. O liberalismo não era uma

tendência exclusiva do caso brasileiro durante a década de 1990, era uma tendência global, podendo ser exemplificada pelo Consenso de Washington, pelo qual o Brasil foi impactado (BARROS, 2014). Em consonância, foi dado início o Plano Nacional de Desestatização o qual, através de privatizações de empresas estatais, buscava garantir a estabilidade, desenvolver o setor industrial e diminuir a dívida externa (CASTRO, 2011a).

Entretanto, por mais que fosse relevante a liberalização econômica e a volta do crescimento do setor industrial, o combate à inflação era objetivo central para o governo Collor. Dias após assumir a presidência em março de 1990, o presidente e sua equipe econômica, comandada por Zélia Cardoso de Mello, implementaram o Plano Brasil Novo mais conhecido, posteriormente, como Plano Collor. O plano, assim como os anteriores, visava a estabilização econômica e o combate à inflação e propunha o congelamento dos preços (CASTRO, 2011a).

Mas para que não houvesse novamente pressão pelo lado da demanda e rápido crescimento do consumo levando à elevação da inflação, o Plano Collor estabeleceu o confisco da liquidez. Dessa forma, o governo Collor confiscou os haveres financeiros da população por 18 meses consecutivos. Além desta polêmica iniciativa, o Plano Collor também definiu uma reforma fiscal a qual buscava o aumento da arrecadação através da criação de novos tributos e de políticas contra a sonegação sem, num primeiro momento, realizar cortes de gastos. O Plano Collor conseguiu conter a inflação a níveis de 10% ao mês nos meses seguintes à sua implementação, contudo foi incapaz de mantê-la a longo prazo (CASTRO, 2011a).

Com as críticas à iniciativa intervencionista e recessiva do sequestro de liquidez, a ministra Zélia Cardoso de Mello deixou o Ministério e a nova equipe econômica lançou, em fevereiro de 1991, o Plano Collor II. O segundo plano de estabilização econômica do governo tinha como finalidade propor uma reforma fiscal, dessa vez, através de cortes de gastos públicos e incentivar a modernização do setor industrial, o qual durante este período de instabilidade econômica estava parado no tempo. Como elemento diferenciador dos planos anteriores, a correção monetária, no Plano Collor II, estava baseada nas expectativas de inflação futura, assim descolava a construção de preço do histórico inflacionário (CASTRO, 2011a).

Tendo em vista que esta proposta dependia das expectativas sobre as ações do governo federal e que Fernando Collor estava recebendo diversas denúncias por corrupção, pode-se compreender o porquê do plano não ter tido sucesso. Os casos de corrupção e as políticas econômicas austeras causaram grande pressão popular para a saída de Collor do poder através do

movimento Caras-pintadas, durante o ano de 1992, o qual levou à abertura do pedido de *impeachment* de Collor. Em dezembro de 1992, Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo de presidente da República momentos antes de sua condenação final no Senado. Assim, seu vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência do Brasil (CASTRO, 2011a).

Nos últimos dias do ano de 1992, Itamar Franco assumiu oficialmente o cargo de presidente da República e, após diversas mudanças de ministros, convidou Fernando Henrique Cardoso para comandar a pasta do Ministério da Fazenda, em maio de 1993. Com a equipe econômica estruturada, Itamar Franco e Fernando Henrique deram início ao sétimo plano econômico para estabilização e contenção da inflação em menos de uma década. O Plano Real foi idealizado, conjuntamente, pelo Ministério da Fazenda, Banco Central e a Casa da Moeda e atuaria em três frentes: o ajuste das contas públicas, a definição de uma conta para a conversão dos preços denominada de Unidade Real de Valor e a determinação do Real como nova moeda nacional e as bandas cambiais com lastreamento no dólar. Dessa forma, a implementação do Plano Real se dividiu em três fases (CASTRO, 2011b; BANCO CENTRAL, 2019).

A primeira fase, adotada ainda no ano de 1993, destacava a crença que a causa da corrente inflação da economia brasileira estava, em parte, no desequilíbrio das contas públicas. Diferenciando-se dos seis planos de estabilização anteriores, os quais combatiam uma inflação puramente inercial, esta primeira etapa buscava evitar o comum rombo nas contas públicas após a rápida queda da inflação ocasionada pelo congelamento dos preços, pois esta política monetária abrupta aumentava os gastos públicos em termos reais (FLIGENSPAN, 1998). Assim, a fase inicial do Plano Real propôs ajuste fiscal e elevação na arrecadação como primeiro passo para o controle inflacionário através do Programa de Ação Imediata e do Fundo Social de Emergência, também programas de combate à sonegação de impostos (CASTRO, 2011b).

Já, na segunda fase buscava-se combater o lado inercial da inflação e apagar o passado inflacionário e sua influência sobre os preços atuais. Nesse sentido, a equipe econômica propôs uma conta para a conversibilidade dos preços, na qual a adesão da população era voluntária e havia um período de tempo, quatro meses, para a adaptação dos contratos baseados nesta conta. Esse modelo contrapôs diretamente aos antigos modelos utilizados nos planos de estabilização baseados em congelamento de preços e bloqueio de liquidez imediato e automático. A Unidade Real de Valor (URV), como foi denominada esta conta ou quase moeda, apresentaria vantagens e dava oportunidade à população, voluntariamente, optar por sua utilização em algum momento

neste período de quatro meses; tornando a transição da moeda antiga para nova moeda menos abrupta (CASTRO, 2011b).

A estratégia dos agentes econômicos para esta segunda fase de introdução da URV foi simular uma hiperinflação, sem viver suas consequências, para combater a insistente inflação elevada. Segundo Lavínia de Castro (2011b, p.147),

“Para a corrente que defendia a necessidade da desindexação para o sucesso do Plano Real, o problema decorre, basicamente, do fato de que, na alta inflação, os preços ainda acompanham movimentos da inflação passada; enquanto na hiperinflação os preços passam a seguir diariamente os movimentos de outra moeda, em geral o dólar. Retiram-se, portanto, os vínculos dos preços com o passado e criam-se as pré-condições para acabar com a inflação, através de uma “nova moeda”, sem memória.”

À época, Simonsen destacou o perigo do desprezo da antiga moeda para nova moeda, o que levaria ao abandono da primeira e a uma acelerada circulação da segunda, causando um fenômeno de hiperinflação na antiga moeda o qual acabaria por contaminar a nova moeda. Dessa forma, os idealizadores da segunda fase do Plano Real, Pêrsio Arida e André Lara Resende, decidiram

“que, simplesmente, não existiria uma “nova moeda”, mas apenas uma nova unidade de conta. A URV foi então racionalizada como um processo de recuperação das funções de uma mesma moeda. Através dela se recuperaria, primeiramente, a função de unidade de conta [...], para depois transformar a URV em Real, resgatando sua função de reserva de valor, pelo fim da inflação” (CASTRO, 2011b, p. 148).

O Banco Central, então, ficou responsável por calcular diariamente o valor da URV, entre 1º de março de 1994 e 30 de junho de 1994. Primeiramente, a URV era calculada pelo Departamento Econômico do Banco Central, o qual utilizava-se de diversos índices como Índice Geral de Preços do Mercado, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial e do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Depois, o cálculo passava pela Consultoria de Análise de Conjuntura Econômica, a qual se reunia com o Diretor de Setor Externo e com Departamento das Reservas Internacionais do Banco Central que chegavam à URV aglutinando a influência do dólar no cálculo final (BANCO CENTRAL, 2019a).

Por fim, tendo aprendido com os erros do passado e, mais especificamente, com o significativo aumento de consumo posterior à momentânea desaceleração da inflação através de intervenções de planos econômicos, Persio Arida sugeriu mais uma alteração na estratégia original visando o seu êxito. Dessa maneira, os formuladores de política econômica estabeleceram a elevação das taxas reais de juros no período logo após a implementação da nova moeda objetivando controlar o impulso em direção ao consumo e conseguir manter a estabilidade no início da transição monetária (CASTRO, 2011b).

Logo após a implementação da terceira fase do Plano Real e próximo ao término do mandato de Itamar Franco, estava programado, em outubro de 1994, o primeiro turno das eleições presidenciais. O então ministro da Fazenda renunciou à pasta, na metade do ano de 1994, e preparou-se para a candidatura ao cargo de Presidente da República. Fernando Henrique Cardoso atrelou sua campanha eleitoral e sua imagem diretamente ao Plano Real e ao recente controle inflacionário proporcionado por sua segunda etapa de atuação. Ainda que não estivesse mais no Ministério da Fazenda, Fernando Henrique utilizou de pontos positivos da terceira fase do Plano Real para alavancar sua campanha através do marketing eleitoral e melhorar sua imagem pessoal como o candidato à presidência que atuou, ativamente, na estabilização econômica do país (FLIGENSPAN, 1998).

Em 1º de julho de 1994, a partir da Medida Provisória 542, foi instaurada a terceira e última fase do Plano Real. A terceira fase pôs fim ao período de transição monetária e à utilização da Unidade Real de Valor estabelecendo, então, o real como moeda oficial, ao mesmo tempo em que descolou seu lastreio do ouro nos cofres do Banco Central. Na mesma Medida Provisória, foi definida a paridade entre o dólar e o real e o lastreamento da moeda nacional baseado nas reservas cambiais (CASTRO, 2011b). Assim, o Banco Central perdia certa autonomia para determinar o tamanho da base monetária, a partir deste momento a quantidade de moeda em circulação dependia da quantidade de moeda estrangeira acumulada. Seguindo esta lógica, para manter a estabilidade da nova moeda seria necessário a atração de capital estrangeiro para a manutenção de um nível saudável de reservas cambiais, a qual se daria através de privatizações e da elevação da taxa de juros (SILVA, 2002).

A terceira fase do Plano Real entrou na tendência das políticas de estabilização econômica e de combate à hiperinflação aplicadas nos mais diversos países da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Dentre as políticas econômicas em comum, estavam à paridade da

moeda nacional com as reservas de moeda estrangeira e a definição de bandas cambiais como meio de garantir a estabilização monetária. Bandas cambiais são limites máximos e mínimos que a taxa de câmbio pode atingir, sendo que dentro destes limites, o câmbio flutua livremente. Caso a taxa de câmbio se aproximasse de seus limites, seria papel da autoridade monetária intervir com a compra e venda de moeda estrangeira para que se mantenha o funcionamento da proposta das bandas cambiais. Dessa forma, é perceptível o envolvimento da expectativa e confiança dos agentes econômicos com o compromisso assumido pela autoridade monetária em cumprir com as bandas cambiais (SILVA, 2002).

As bandas cambiais seriam mecanismos para ajustes mais suaves uma vez que, tendo a certeza da intervenção da autoridade monetária quando houvesse proximidade aos limites, os agentes econômicos antecipariam tal intervenção e agiriam frente às futuras ações esperadas advindas do governo. Consequentemente, através dessas tomadas de decisão baseadas na expectativa sobre o cumprimento das bandas cambiais, os agentes econômicos acabavam auxiliando na estabilização monetária e na flutuação do câmbio dentro dos limites da banda, muitas vezes, dispensando a necessidade da intervenção governamental (SILVA, 2002). O governo brasileiro decidiu por aplicar na terceira fase do Plano Real, inicialmente, somente a banda cambial de valor máximo que a moeda nacional poderia alcançar perante o dólar. Foi apenas em 1995 determinadas ambas as bandas cambiais, sendo a máxima ainda a paridade 1 real para 1 dólar e a mínima 0,85 centavos de real para 1 dólar (CASTRO, 2011b).

Tendo em vista a paridade da moeda nacional com a moeda estrangeira, a estratégia da utilização das bandas cambiais seria positiva para a aceleração do alinhamento da taxa de inflação nacional com os níveis internacionais. Nesse sentido, bandas cambiais seriam uma política econômica de combate à hiperinflação sem necessariamente conter aspecto recessivo para economia que aplicá-la (CASTRO, 2011b). Todavia, com a paridade monetária, a moeda nacional antes desvalorizada passaria a ser sobrevalorizada. Esse processo de valorização monetária causaria efeitos negativos na economia, como a facilitação da importação frente à elevação de custos da exportação, levando ao déficit na balança de transações correntes. Déficit na balança de transações correntes só poderiam ser financiados através de superávit na balança de capitais o qual poderia ser obtido a partir da entrada de capital externo sob forma de investimento direto, capitais de portfólio de curto prazo e aumento da dívida externa (SILVA, 2002).

Durante os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a estratégia estatal para atração de capital estrangeiro estava focada na promoção de privatizações e na elevação da taxa de juros. A taxa de juros brasileira se apresentava, propositalmente, superior aos níveis internacionais e, assim, auxiliava na captação de investimentos externos uma vez que a taxa de juros serviria como forma de retribuir a confiança dos investidores. Assim, por mais que a economia brasileira estivesse em processo de estabilização e por isso ainda apresentava consideráveis riscos econômicos, a alta de juros permitiria uma alta remuneração aos que se aventuravam em investir no Brasil (FLIGENSPAN, 1998). A taxa de juros para este período da economia brasileira representava o financiamento do déficit da balança de transações correntes, a entrada de moeda estrangeira para a manutenção da estabilidade monetária e, posteriormente, o controle da “bolha de consumo” (CASTRO, 2011b; FLIGENSPAN, 1998).

Mais uma vez, o Plano Real se diferenciou dos planos de estabilização econômica anteriores estabelecendo forte contenção de liquidez no período logo após a implementação da nova moeda nacional. Conforme Lavínia de Castro (2011b, p, 152), com a transição para o real e a utilização das bandas cambiais, pode-se perceber o comportamento da inflação em duas fases:

“a primeira delas corresponde ao período imediatamente após a introdução da âncora, quando há uma redução abrupta e imediata na inflação (mantendo-se, porém, acima dos patamares internacionais). A segunda fase corresponde ao movimento de convergência da inflação doméstica aos padrões internacionais, representado pela queda suave e contínua das taxas.”

Foi, nesta primeira etapa, que o governo decidiu por restringir a liquidez na economia brasileira para impedir o comum fenômeno de aumento exponencial de consumo causado pela rápida diminuição da inflação. A “bolha de consumo” era um fenômeno conhecido na economia brasileira desde o Plano Cruzado e ocorria devido ao despreparo dos produtores, que vinham de um período de contenção de gastos e de diminuição de produção devido à alta inflação, para suprir o consumo acelerado, principalmente das camadas mais pobres, depois da queda de inflação. Dessa forma, visto a incapacidade em suprir as necessidades dos consumidores e o crescimento exponencial da demanda causaria pressão de ajuste de preços para cima. No Plano Real, além do controle da liquidez proposto pelo governo para diminuir os efeitos da “bolha de consumo”, havia a intensa entrada de produtos importados, visto a sobrevalorização da moeda nacional. Os produtos importados não só aumentaram a oferta conseguindo suprir parte da

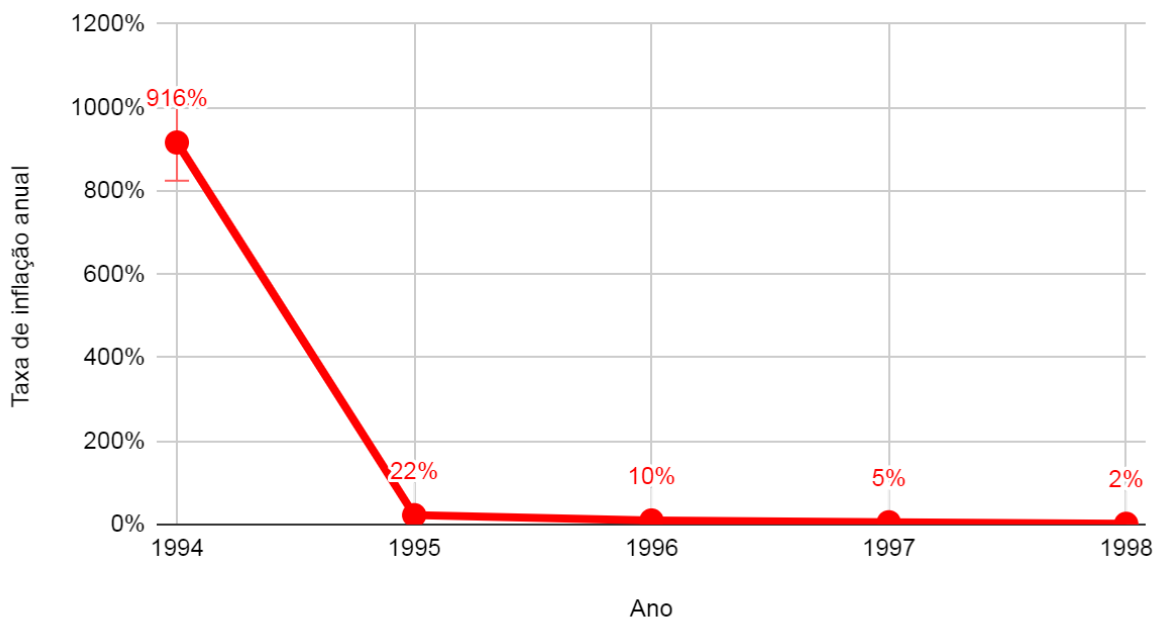
demanda, como também pressionaram os preços dos produtos nacionais para baixo, auxiliando, de certa forma, na manutenção da estabilidade econômica (FLIGENSPAN, 1998).

A terceira fase do Plano Real finalizou o plano de estabilização econômica e garantiu alcançar o seu principal objetivo, o combate à inflação, através da adoção das bandas cambiais, da atração de capital estrangeiro, da elevação das taxas de juros e da contenção de liquidez. A inflação passou dos níveis de 30 a 40% ao mês para casa de um dígito, nos meses seguintes à implementação da fase final; enquanto no acumulado de 1994, a taxa de inflação fechou o ano em 916%, em 1995, esse número foi de 22% (BANCO CENTRAL, 2019b; BARROS, 2014). Os rápidos ganhos com a inflação possibilitaram a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil ainda em primeiro turno nas eleições de 1994. Fernando Henrique assumiu à presidência em 1º de janeiro de 1995 sob o qual pairava a pressão de se dar continuidade à manutenção da estabilização econômica que recém estava em curso e, por isso, ainda estava à prova. Nesse sentido, já em março de 1995, governo FHC decidiu estabelecer a desvalorização controlada da taxa de câmbio, definindo os limites mínimos e máximos das bandas cambiais, e o aumento em 1% na taxa de juros (GIAMBIAGI, 2011).

A segunda metade da década de 1990, impactada pelas consequências do Plano Real, seria marcada pela deterioração das contas públicas, sobrevalorização da moeda nacional, déficit na balança de pagamentos, estabilização da taxa de inflação, dependência da entrada constante de capital estrangeiro e abertura econômica (PINHEIRO, GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ, 1999). A proposta do Plano Real se concretizava ano após ano, não só a inflação foi contida, como também marcou queda durante cinco anos consecutivos saindo de 916% em 1994 passando para taxas anuais de 22,4% em 1995, 9,56% em 1996, 5,22% em 1997 e 1,65% em 1998 (IBGE, 2019a; BANCO CENTRAL, 2019b). O PIB para o período registrou uma média em torno de 2 a 3%, não apresentando crescimento negativo, contudo representou ganho tímido com relativas variações trimestrais (IBGE, 2019b).

Figura 2 – As alterações na taxa de inflação anual entre 1994 e 1998

Taxa de inflação anual



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE e Banco Central

Perante este cenário, os setores econômicos tiveram diferentes reações às consequências pós-Plano Real, enquanto a agricultura obteve certos benefícios, a indústria registrou impactos negativos. A agricultura trazia um ritmo de crescimento saudável e ganhos em produtividade na década de 1980, a qual foi denominada de “década perdida”. Essa perspectiva de crescimento do setor agrícola perante o decréscimo da economia brasileira foi muito impulsionada pelo desenvolvimento da Embrapa (BARROS, 2014). Enquanto na década de 1980, os ganhos da pesquisa da Embrapa estavam focalizados na produtividade de grãos, na década de 1990, o foco de pesquisa foi em carnes. Essa mudança de linha de pesquisa entre as décadas foi impulsionada pela alteração de perfil de consumo da população brasileira devido à estabilização econômica e à crescente urbanização (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A partir de 1990, a Embrapa passou a intensificar suas buscas em formas de otimizar a utilização dos solos, obtendo ganhos em produtividade sem necessariamente aumentar a área cultivável, e de otimizar os próprios grãos, desenvolvendo as primeiras espécies geneticamente modificadas, novamente, aumentando a produtividade e diminuindo os custos da produção. Em consonância, foram concebidas novas técnicas, podendo-se destacar a viabilização do plantio de

duas safras ao ano e a formulação da “safrinha”. A “safrinha”, a qual ganhou esta denominação por ter sido idealizada como uma quantia menor frente à colheita das safras, consistiu no uso intensivo da terra para que, durante o período entre-safras de um grão, fosse plantado outro tipo de grão no mesmo lote de terra. O plantio da “safrinha” foi implementado em plantações de soja e era, normalmente, intercalada com milho. Através de pesquisas da Embrapa, descobriu-se que esta prática além de aumentar em exponencial escala a produtividade da terra, uma vez que possibilitou a colheita de duas à três safras ao ano na mesma plantação, essa técnica tornou os solos mais saudáveis por suprir com diferentes nutrientes através do uso intensivo e do revezamento do plantio de diferentes tipos de grãos (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Ao mesmo tempo em que a elevação da produtividade dos solos e dos grãos era pauta relevante para o setor agrícola brasileiro, a expansão da fronteira agrícola também era estratégia durante os anos 1990. Enquanto nas décadas anteriores a produção da agropecuária se concentrava no Sul e no Sudeste, a expansão da fronteira foi se consolidando nos anos 1980 para o Centro-Oeste e o Cerrado, conquistando o Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, chegando ao Norte e ao Nordeste nos anos 1990. Essas conquistas de novas extensões de terra no Brasil também podem ser atribuídas à pesquisa e desenvolvimento que, nas duas décadas, delimitaram três principais frentes de estudo: a regeneração dos solos tropicais degradados, a aplicação da biogenética para o melhoramento dos grãos e animais e a formulação de sistemas integrados. A correção dos solos ácidos do Cerrado e a modificação genética da soja para sua adaptação ao clima tropical foram ganhos positivos viabilizados, respectivamente, pelo primeiro e segundo campo de estudo (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A intensificação da produção agrícola brasileira nasceu num cenário aflorado de pesquisa e desenvolvimento impulsionado pelo fenômeno da globalização, da abertura econômica e da expansão econômica mundial. A década de 1990 foi marcada por acontecimentos condizentes à tendência mundial do liberalismo econômico e político como a instituição do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai a partir do Tratado de Assunção assinado em 1991; as negociações da Rodada do Uruguai do GATT e, posteriormente em 1995, sua substituição pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (BARROS, 2014). Por mais que este cenário tivesse imposto maior competitividade aos produtores brasileiros visto a diminuição de barreiras tarifárias e a sobrevalorização do real, o Plano Real e os acontecimentos internacionais dos anos 1990 possibilitaram a prática de menores preços para a compra de

insumos agrícolas como fertilizantes, maquinários e agroquímicos, o que levou à acelerada modernização do setor agropecuário (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Já, o setor da indústria nacional, que estava em rápida escalada de desenvolvimento e modernização desde os anos 1950, sentiu os impactos dos acontecimentos da década de 1990. A sobrevalorização da moeda nacional, estipulada pelo Plano Real, e o processo de abertura econômica impuseram competitividade negativa à indústria brasileira, uma vez que foi facilitada maior entrada de produtos importados, os quais pressionaram os preços para baixo, e houve a redução das barreiras tarifárias (BARROS, 2014). As importações, no período impactadas pelo fenômeno monetário, dobraram de valor em apenas dois anos, de 1993 a 1995, enquanto as exportações não conseguiram acompanhar esse boom em venda, apresentando crescimento mais tímido na segunda metade dos anos 1990 (CASTRO, 2011b). Consequentemente, a facilitação da entrada de produtos importados na economia nacional e o desfavorável cenário para as exportações, a balança de pagamentos entregou resultados negativos nos anos 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999 (GIAMBIAGI, 2011).

Os anos 1990 apenas salientaram o acréscimo do “custo-Brasil”, o qual seria as imperfeições estruturais da economia brasileira que dificultam, diariamente, a produção e a competitividade nacional. A alta taxa de juros, a elevada burocracia, a falta de infraestrutura básica e a alta taxa tributária representavam o “custo-Brasil” e prejudicavam o setor industrial brasileiro frente aos ganhos de importação no período (BARROS, 2014). Como resultado final da liberalização comercial dos anos 1990, as exportações brasileiras acabaram por se especializar em produtos de baixo valor agregado, podendo ser industrializados mas geralmente relacionados a recursos naturais e commodities, enquanto as importações eram destinadas a produtos de alto e médio-alto nível tecnológico. A mudança estrutural da indústria de transformação brasileira teve seu início em 1990 e seu aprofundamento em 2000 sendo consequência da falta de dinamismo da demanda nacional e da abertura comercial. Tal processo de diminuição de diversificação do setor industrial brasileiro se deu precocemente e de maneira acelerada, tendo em vista que ocorreu antes mesmo da economia nacional atingir seu auge de desenvolvimento (ARAÚJO; BRUNO; PIMENTEL, 2012).

Influenciado pela crise no México, na Ásia, na Rússia e na Argentina, a década de 1990 foi finalizada no Brasil com a quebra da taxa de câmbio, quase, fixa e o rompimento com as bandas cambiais em 1999. Preocupado com a volta da inflação e de possíveis especulações à moeda

nacional a partir da transição para taxa de câmbio flutuante, o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso decidiu por adotar o regime de “metas de inflação” (BARROS, 2014). As metas de inflação eram uma tendência de política monetária na comunidade internacional e tinham funcionamento similar aos das bandas cambiais: o Banco Central anunciaria publicamente os valores projetados da taxa de inflação para um período de curto prazo, podendo esses valores serem únicos ou em intervalos, o que seria definido pela estratégia da autoridade monetária e do governo federal (STRACHMAN, 1999). Da mesma forma que, devido à alta taxa de juros praticada durante os anos 1990, o Brasil apresentava significativo déficit fiscal, o qual seria corrigido a partir de uma proposta de ajuste mais rígida.

Assim, a década de 1990 se encerrou com a implementação do tripé macroeconômico caracterizado pela taxa de câmbio flutuante, metas de inflação e Lei de Responsabilidade Fiscal. A economia brasileira sobreviveu aos anos 1990 e, após 6 planos de estabilização em menos de 10 anos, conseguiu combater a hiperinflação. O PIB setorial brasileiro fechou a década com a indústria representando 30%, decrescendo 3% em comparação à década de 1980, e a agricultura representando 10,5% (BARROS, 2014).

2.2 A GUINADA PARA A AGROPECUÁRIA NOS ANOS

Os primeiros anos da década de 2000 foram marcados pela transição na presidência da República. Fernando Henrique Cardoso passava o cargo de presidente do Brasil, depois de dois mandatos consecutivos de 1995 a 2002, para Luiz Inácio “Lula” da Silva em 1º de janeiro de 2003. A posse de Lula foi relevante para a esquerda da América Latina, uma vez que o presidente fazia parte do Partido dos Trabalhadores e que propunha mudanças estruturais na sociedade brasileira para combate à fome e à pobreza. Para atingir esses objetivos, a agropecuária tinha papel central para o novo governo. Em seu discurso, Lula contrapunha as propostas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso ao rejeitar as políticas de livre mercado (GIAMBIAGI, 2011b).

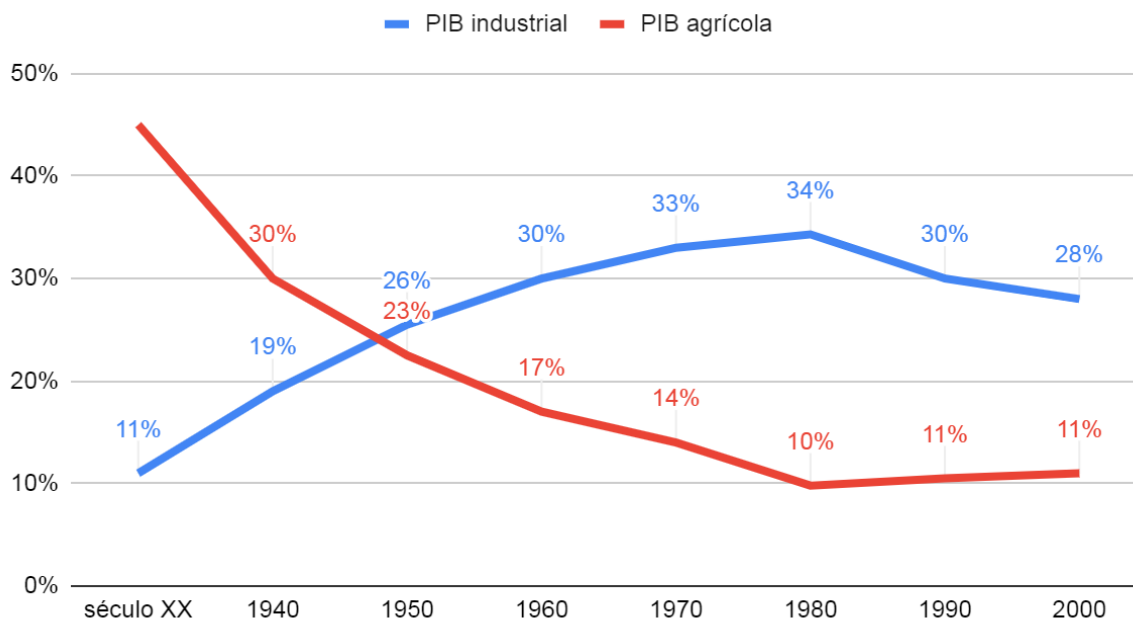
Lula governou o Brasil durante todo o restante da década de 2000, pois foi reeleito em 2005 e passou o cargo de presidência para sua sucessora do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2011. Dilma foi a primeira presidente mulher eleita da história do Brasil, todavia assumiu o cargo em um período que o Partido dos Trabalhadores começava a se desgastar perante a sociedade brasileira depois de escândalos de corrupção e a economia nacional

passava a sentir as consequências da crise financeira mundial de 2008. A presidente Dilma foi reeleita, em 2014, por uma diferença pequena frente seu opositor Aécio Neves, o que salientou o desgaste de governabilidade do Partido dos Trabalhadores e culminou no processo de impeachment da presidente em agosto de 2016 (GIAMBIAGI, 2011b; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Durante os anos 2000, o PIB nacional brasileiro foi representado em 28% pelo setor da indústria, a qual perdeu os 2% da década anterior para o setor de serviços, e em 11% pelo setor da agropecuária. Falar em especialização da economia na agropecuária acompanhado pelo processo de desindustrialização precoce e apresentar números setoriais do PIB nacional tão discrepantes passaria a impressão de que a análise feita é uma falácia. Todavia, tais divisões setoriais da economia foram alicerçadas na lógica de que o setor primário seria caracterizado pelas atividades empenhadas na agricultura, pecuária e no extrativismo vegetal e animal; o setor secundário, pela indústria e pela construção civil; e o setor terciário, pelo restante das atividades, assim denominado de setor de serviços. Nesse sentido, haveria uma divisão objetiva entre as atividades abarcadas por cada setor (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Figura 3 - Relação do PIB agrícola e industrial entre o século XX e a década de 2000

PIB setorial: século XX à década de 2000



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de Barros (2014)

A partir desta lógica, o setor primário seria caracterizado pelas atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, ou seja pelas atividades realizadas “dentro da fazenda”. Com a modernização da agricultura através da mecanização do campo e da implementação de tecnologia, entretanto, o setor agrícola passou a demandar por infraestrutura para escoamento da produção, por distribuição deste produto para mercados distantes, por processamento do produto *in natura* para consumo final e por insumos para viabilizar a produção. O setor agrícola moderno extrapolou a divisão setorial objetiva e passou a demandar de atividades antes exclusivas dos setores industrial e de serviços. Assim, na verdade, o PIB nacional por setor econômico não representa a realidade atual da agropecuária moderna, pois seus valores não se limitam apenas ao setor primário (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Dentre as economias mundiais agroexportadoras, como Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, o PIB agrícola não ultrapassou a casa dos 10% nas últimas décadas, pois vem perdendo espaço para o setor industrial e, principalmente, para o setor de serviços que costuma apresentar números acima dos 60%. Por ser uma tendência global, não seria diferente para o Brasil (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015). Diferentemente dos números apresentados nas décadas de 1930 a 1970, em que a porcentagem do PIB agrícola estava acima dos 10% e retratava

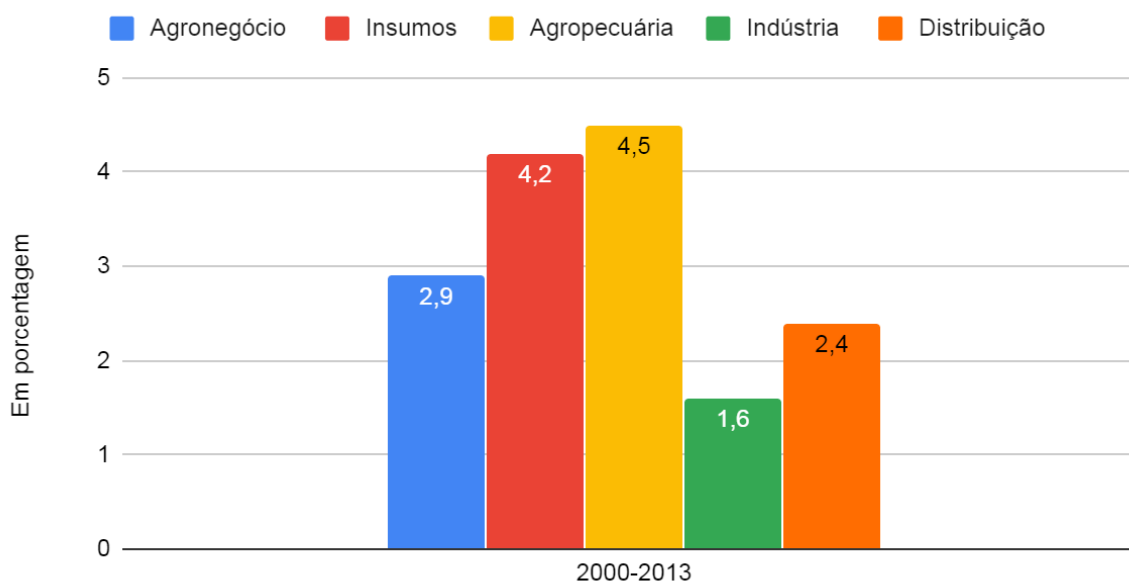
cenário crítico de oferta de alimento, nos anos 1990 e, principalmente, 2000 e 2010, o PIB agrícola se estabilizou nos padrões globais em menos de 10%, mas significava segurança alimentar para a população brasileira e excedente comercial destinado à exportação (BARROS, 2014; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

O processo de modernização da agropecuária, aprofundado na década de 1990 pela abertura econômica brasileira e pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, acarretou modificações no perfil do setor agrícola brasileiro. Em conformidade, tornou a leitura exclusiva da porcentagem do PIB agrícola insuficiente para a percepção da contribuição deste setor para a economia brasileira durante as duas décadas seguintes. Assim, somando-se ao PIB agrícola às atividades que compõe toda a cadeia produtiva do agronegócio, incluindo parte do setor da indústria e de serviços, o PIB total do agronegócio representa quase 25% do PIB nacional durante as décadas de 2000 e 2010 (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

A partir destes dados, é perceptível o ganho de importância de atividades “fora da fazenda” na agropecuária moderna, uma vez que atividades como a agroindústria, com a utilização de insumos e do processamento, e a distribuição tem o somatório em torno dos 70% de participação no PIB do agronegócio brasileiro nos anos 2000 e 2010. Conforme a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2015), entre os anos 2000 e 2013, o agronegócio cresceu em média 2,9% ao ano, enquanto a economia brasileira cresceu 3,3%. Abrindo-se esses dados nos subsetores componentes do agronegócio, é possível destacar o motivo do crescimento setorial ter sido levemente abaixo do crescimento nacional: os insumos cresceram 4,2%, a agropecuária cresceu 4,5%, a indústria cresceu 1,6% e a distribuição cresceu 2,4%. Dessa forma, o acréscimo tímido da indústria neste período de 13 anos acabou puxando o resultado do setor agrícola para baixo. Além disso, a pesquisa também evidenciou a menor utilização do processamento dos produtos agrícolas o que corrobora com o aumento das exportações de produtos *in natura* e de menor valor agregado no período (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Figura 4 – Crescimento médio anual do agronegócio e as variações setoriais: 2000-2013

Crescimento médio anual do agronegócio e as variações setoriais: 2000-2013



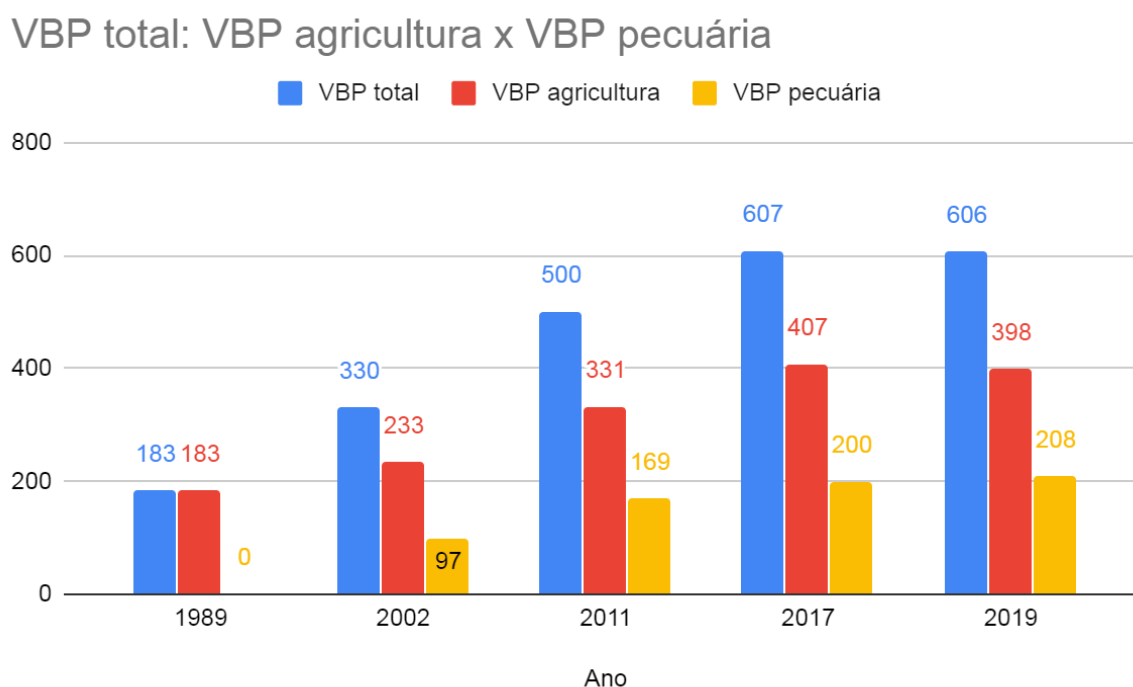
Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Fundação Getúlio Vargas (2015)

Além da participação no PIB e da variação de crescimento setorial, o Valor Bruto da Produção também pode ser um índice relevante para avaliar a evolução do setor agropecuário. O Valor Bruto da Produção (VBP) é calculado a partir da produção da safra e dos preços dos principais produtos nacionais cotados no mercado. O índice é estimado pela Secretaria de Política Agrícola pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e teve início em 1989, primeiramente, apenas com valores referente à agricultura e, posteriormente, no ano 2000, à pecuária. O VBP é atualizado mensalmente e possui comparativo da série histórica em valores totais do índice, além de apresentar os valores dos principais produtos da agricultura e da pecuária separadamente (BRASIL, 2019a).

A partir dos dados e gráficos disponibilizados pelo Ministério, é possível separar cinco importantes pontos de inflexão na série histórica do indicador: 1989, 2002, 2011, 2017 e 2019. Os anos 1989 e 2019 são pontos de corte da análise e os anos 2002, 2011 e 2017 são pontos nos quais os valores do VBP brasileiro ultrapassaram mais uma centena de bilhão. Como marco inicial da série histórica, 1989 teve seu VBP total calculado em R\$183 bilhões, tendo contabilizado apenas os valores da agricultura. No ano 2002, agora somando os valores da

agricultura e da pecuária, o VBP total chegou à cifra de R\$330 bilhões, sendo R\$233 bilhões da agricultura e R\$97 bilhões da pecuária. Em 2011, o VBP total ultrapassou os R\$500 bilhões, tendo a agricultura representado R\$331 bilhões e a pecuária R\$169 bilhões. O recorde histórico do VBP foi alcançado em 2017 no qual totalizou R\$607 bilhões, R\$407 bilhões advindos da agricultura e R\$200 bilhões da pecuária. Por fim, as estimativas para 2019, baseado em dados liberados no mês de setembro do mesmo ano, é que 2019 tenha o segundo maior faturamento da série histórica com um VBP total de R\$606 bilhões, perdendo apenas para 2017. Dentro deste VBP total, R\$398 bilhões seriam da agricultura e R\$208 bilhões da pecuária (BRASIL, 2019a).

Figura 5 – Comparação do VBP total e participação do VBP da agricultura e pecuária

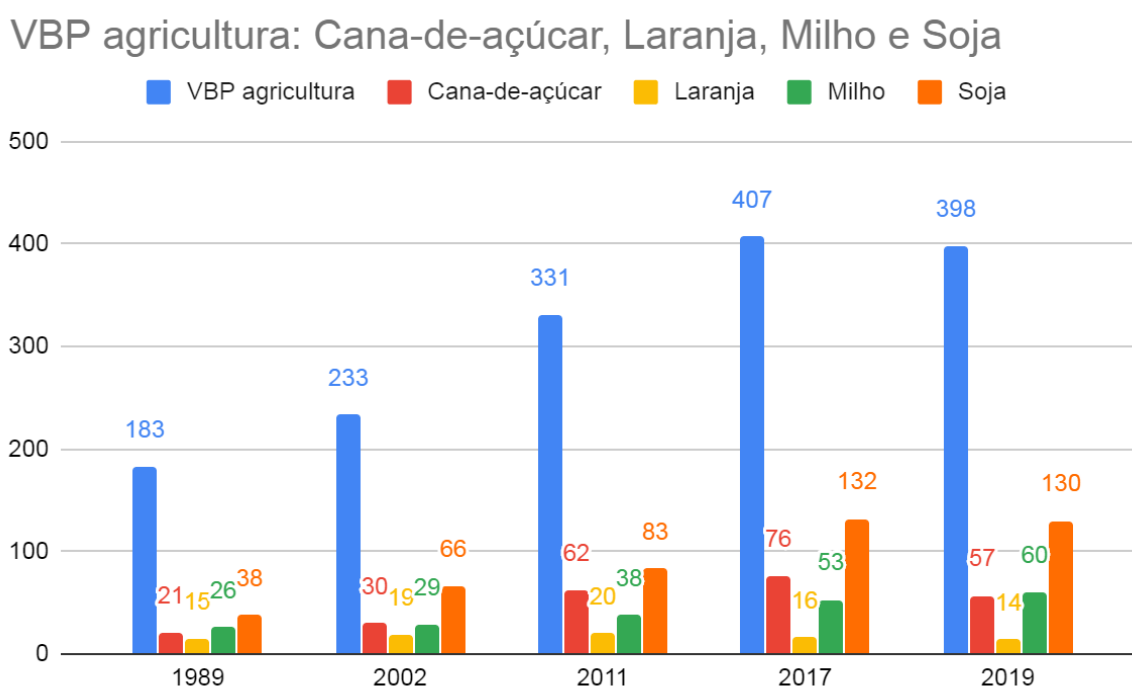


Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019)

Ainda referente ao VBP da agricultura, pode-se destacar quatro principais produtos que se mantém como relevantes componentes do índice: a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja. Dos principais produtos durante os anos analisados, em 1989 a cana-de-açúcar representou R\$21 bilhões, a laranja R\$15 bilhões, o milho R\$26 bilhões e a soja R\$38 bilhões. Já em 2002, a cana-de-açúcar faturou R\$30 bilhões, a laranja R\$19 bilhões, o milho R\$ 29 bilhões e a soja R\$66 bilhões. No ano de 2011, a cana-de-açúcar mais que dobrou seu valor para R\$62 bilhões,

enquanto a laranja teve crescimento menos expressivo para R\$20 bilhões e o milho para R\$38 bilhões, enquanto a soja saltou para R\$83 bilhões. Em 2017, a cana-de-açúcar teve VBP de R\$76 bilhões, a laranja teve queda para R\$16 bilhões, já o milho e a soja tiveram ganhos expressivos, R\$53 bilhões e R\$132 bilhões, respectivamente. Com os dados de setembro de 2019, a cana-de-açúcar e a laranja apresentaram diminuição de seu VBP, respectivamente, R\$57 bilhões e R\$14 bilhões. Já, o milho e, principalmente, a soja são os componentes majoritários do VBP da agricultura de 2019 representando R\$60 bilhões e R\$130 bilhões (BRASIL, 2019a).

Figura 6 – VBP da agricultura e seus cinco principais produtos



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019)

A participação brasileira destes quatro produtos no mercado internacional adquiriu relevante destaque durante o período estudado. A cana-de-açúcar é um produto tradicional na economia brasileira, mas que obteve ganhos em produtividade no qual o Brasil se consolidou como principal produtor e exportador de cana-de-açúcar *in natura* e processada como açúcar. Durante as décadas de 2000 e 2010, o Brasil se manteve como o primeiro exportador desta *commoditie* e atingiu seu ápice na safra de 2012/2013 em que 50,7% de toda a cana-de-açúcar do mercado internacional era brasileira. O Brasil também é o maior produtor de laranja e o maior

exportador de suco de laranja do mundo que, em conformidade aos dados apresentados anteriormente, teve sua maior participação no comércio ainda nos anos 2000. O suco de laranja brasileiro chegou a 89,1% de participação no comércio internacional na safra 2003/2004, todavia, entre os anos 2000 e 2014, sua taxa de participação não ficou abaixo de 75% (BRASIL, 2019a; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

O milho tem conquistado espaço nas exportações brasileiras, principalmente, após a implementação da técnica da “safrinha” nas lavouras, por isso tem surpreendido através do aumento exponencial da produção e da produtividade do grão (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). A partir dos dados elucidados pelo Ministério da Fazenda, o milho teve seu Valor Bruto de Produção quase triplicado entre os anos 1989 e 2019. Em trinta e cinco anos (1977 a 2013), a produção de milho aumentou em quase 67 milhões de toneladas, levando a uma variação de 478%. O grão ainda tem participação modesta no comércio mundial, mas a produção e exportação brasileira ainda se mantém entre as quatro maiores do mundo desde os anos 2000, conquistando a segunda posição na safra de 2013/2014 com uma participação de 16,5% (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

O complexo soja, que engloba todas as formas comercializáveis do grão, se manteve como fator constante na pauta produtiva brasileira desde 1989, contudo foi com as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa através da adaptação do grão ao clima tropical e o encurtamento da período entressafra que a soja alcançou taxas de produtividade elevadas. Também o grão teve ganhos significativos com a implementação da “safrinha” nas lavouras e com a expansão da fronteira agrícola para o Cerrado, Norte e Nordeste (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017; BRASIL, 2019a). Dentre a área total agricultável no Brasil de 330 milhões de hectares, apenas o plantio da soja ocupa 31,5 milhões de hectares, utilizando 9,5% deste território (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Em termos de exportação, os valores são expressivos: entre 1992 e 2013, o valor exportado do complexo soja passou de 808 milhões de dólares para 22 bilhões (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Em termos de mercado internacional, o Brasil, entre as safras de 2000 e 2014, esteve oscilando entre o segundo maior e o maior produtor de soja do mundo, passando de uma participação de 28%, em 2000/2001, ultrapassando a casa dos 30% e cada vez mais se aproximando de 40% da participação nos anos 2010. Na safra 2013/2014, 41,1% de toda a soja disponível no comércio internacional era de produção brasileira (FUNDAÇÃO GETULIO

VARGAS, 2015). Nesse sentido, a soja é o principal produto da safra brasileira, a qual ganhou destaque a partir de 2002, e se confirma como 32%, quase um terço, do Valor Bruto da Produção da agricultura em 2019 (BRASIL, 2019a).

Além da agricultura, o Brasil também tem posição de destaque na pecuária no mercado internacional. A partir de 2004, a produção brasileira assumiu o primeiro lugar no comércio internacional de carne bovina e de frango e manteve sua participação na taxa de 20% e 30%, respectivamente (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015). O Valor Bruto da Produção da pecuária, em 19 anos de valores analisados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2000 a 2019) mais que dobrou, visto que partiu de R\$85 bilhões para atingir R\$208 bilhões. Esse significativo resultado foi muito puxado pelo desempenho da carne de boi, que cresceu o dobro do VBP, e pela carne de frango, que aumentou em três vezes (BRASIL, 2019a). Da mesma forma que esses valores foram diretamente influenciados pelos ganhos de produtividade setoriais, beneficiados pelas pesquisas de engenharia genética e pela expansão da fronteira agrícola (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Nesse sentido, 52,1% dos 330 milhões de hectares de terras agricultáveis são destinados à pastagem (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

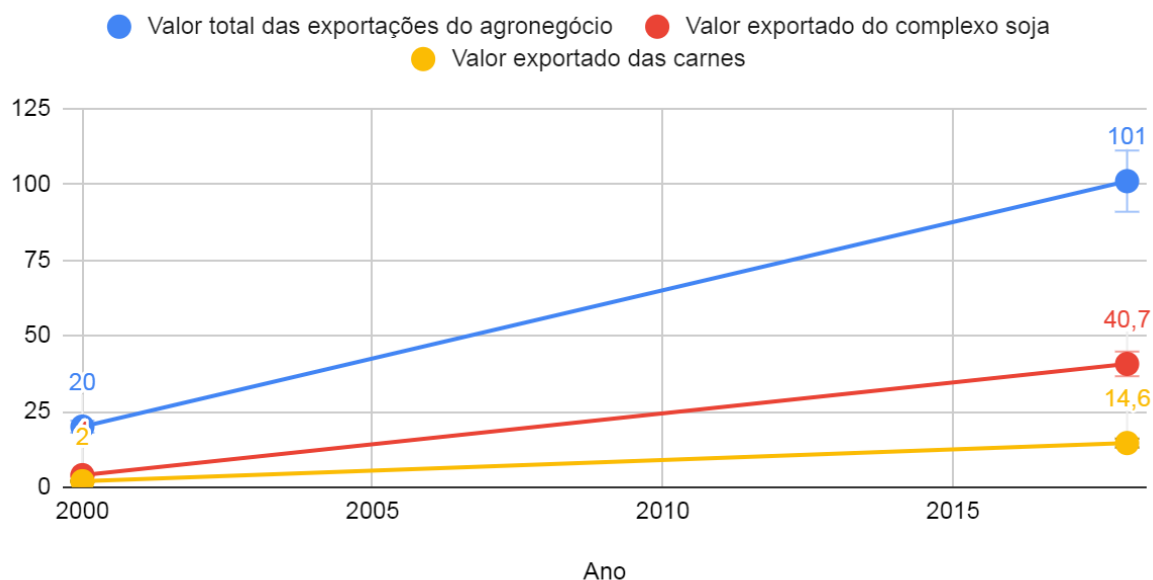
Em suma, a pecuária representa 30% do Valor Bruto da Produção total, enquanto a agricultura representa, em média, 70% e utiliza apenas 17,3% do total de terras agricultáveis. Dentre essa larga representação da agricultura, a soja destaca-se frente aos demais grãos por ser responsável por 32% do VBP da agricultura e por 20% do VBP total brasileiro, em 2019 (BRASIL, 2019a; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015). Em consonância, a produção agrícola em toneladas também teve expressivo crescimento de 234% entre os anos 1989 e 2017, passando de 71 milhões de toneladas para 237 milhões. A estimativa para 2019, segundo a Agência de Notícias do IBGE (2019c), é que seja produzida a safra recorde de 239 milhões de toneladas (IBGE, 2019c).

A expansão da produção agrícola brasileira é correspondida pela expansão das exportações do setor no mercado internacional. Segundo dados levantados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019b), em um comparativo entre o ano 2000 e 2018, os valores em dólares das exportações do agronegócio cresceram 5 vezes, passando de US\$ 20 bilhões para US\$ 101 bilhões. Numa análise focada nos dois principais produtos componentes das exportações, o complexo soja, no ano 2000, representou 20% do valor exportado no período,

algo em torno de 4 bilhões de dólares; enquanto em 2018, representou 40% do valor exportado, ou seja quase 40,7 bilhões de dólares. Já, as carnes caracterizavam 9,5% das exportações do agronegócio no ano 2000, em valores cerca 2 bilhões de dólares; esses números passaram, em 2018, para 14,5% das exportações e 14,6 bilhões de dólares. Evidencia-se não só o aumento de participação desses produtos no total das exportações, mas também as variações, nesses 18 anos, de valor exportado tendo o complexo soja crescido 10 vezes e as carnes 7 vezes (BRASIL, 2019b).

Figura 7 – Valor das exportações do agronegócio e os valores da soja e das carnes (2000-2018)

Valor total das exportações do agronegócio, em bilhões: complexo soja e carnes (2000-2018)



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019)

O bom desempenho do setor do agronegócio, percebido nos anos 2000 e 2010, foi consequência da forte influência de quatro fatores: o desenvolvimento do campo de pesquisa e tecnologia e o ganho em produtividade, o Plano Real e a modernização setorial, o cenário favorável externo e o fenômeno China. A convergência destes quatro fatores foi essencial para o resultado positivo da agropecuária brasileira.

O desenvolvimento científico e a estratégia educacional à longo prazo para pôr fim à fome tiveram papel decisivo na evolução do Brasil de um país que lidava com a falta de oferta de comida para um país importante no cenário de segurança alimentar mundial. Nesse sentido,

“desde a década de 1960, o Brasil deixou de ser importador líquido de alimentos para se tornar um dos maiores exportadores mundiais. No passado, o país importava cerca de 30% dos alimentos que consumia, enquanto, no presente, o agronegócio responde por mais da metade do superávit da balança comercial” (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p. 28).

Esse resultado positivo do agronegócio brasileiro, nos anos 2000 e 2010, é reflexo dos investimentos feitos em pesquisa e em desenvolvimento de tecnologia desde a década de 1970. Os benefícios proporcionados pelo estudo científico vão além do crescimento da produção como também de saldos positivos em produtividade. Seguindo esta lógica, os dados levantados pela Embrapa (2018) demonstram um crescimento em produção agrícola, entre os anos 1989 e 2017, de 234%, enquanto a utilização de terras para plantio representou acréscimo de 42%, no mesmo período. A disparidade entre o crescimento de produção e o acréscimo de terra, nesses 28 anos analisados, apenas comprovam os ganhos de produtividade do setor agrícola (BRASIL, 2019; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

A produtividade do setor se comprova novamente ao analisar a participação do Valor Bruto da Produção da agricultura em comparação ao espaço de terra utilizado para plantio. Enquanto a agricultura é responsável por 70% do Valor Bruto da Produção total brasileiro, o setor ocupa 22% de toda área agricultável, ou seja, 72 milhões dos 330 milhões de hectares. O caso da soja comprova sua produtividade e sua relevância para a economia brasileira, visto que este grão sozinho representa 20% do Valor Bruto da Produção total utilizando apenas 31,5 milhões de hectares das terras agricultáveis, 9,5% do total (BRASIL, 2019a; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

O bom desempenho da agropecuária não foi apenas reflexo dos investimentos realizados no século XX, uma vez que os avanços feitos nas décadas de 2000 e 2010 tiveram significativo impacto sobre o aumento da produção e sobre o crescimento da produtividade setorial. Dentre os principais ganhos nessas duas décadas estão o desenvolvimento dos grãos transgênicos e sua liberação para produção, a expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA e a implementação da técnica de lavoura-pecuária-floresta (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A primeira experiência de espécies geneticamente modificadas foi realizada, ilegalmente, ainda em 1997 e o grão escolhido para a experiência foi a soja. Depois de muito debate sobre a segurança desta técnica agrícola, foi aprovada no Congresso Nacional, em 2003, a liberação do plantio de soja transgênica, o que acarretou no desenvolvimento do Plano Nacional de

Biossegurança sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005. A partir do sancionamento do Plano, foi possível a liberação do algodão e do milho transgênico, em 2005 e em 2008, respectivamente (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Já, a expansão da fronteira agrícola para o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, mais conhecida como a região do MATOPIBA, foi consequência direta dos estudos científicos relacionados ao solo e à distribuição de água. A adaptação dos grãos e das lavouras ao clima intenso do Nordeste foi possível devido ao desenvolvimento da pesquisa nacional que compreendesse às especificidades de cada região do país para, assim, saber contorná-las. Por fim, em meados da década de 2010, a Embrapa desenvolveu a técnica de integração lavoura-pecuária-floresta. Tal estratégia, que une três formas de cultivo em um lote de terra, teve resultados positivos ao conseguir recuperar áreas de pastagem degradadas e melhorar a qualidade do solo. Assim, é possível nutrir os solos, reduzir a necessidade por insumos, diminuindo os custos da produção, e aumentar as áreas de plantio num mesmo processo (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017)

O segundo fator que ajudou a construir o bom desempenho do agronegócio brasileiro e que está conectado aos ganhos de produtividade é a modernização setorial. O setor agrícola passou por um rápido processo de modernização proporcionado, cientificamente, pelo desenvolvimento de tecnologia nacional, contudo, efetivamente, pelo Plano Real e a sobrevalorização da moeda nacional. Na década de 1990, o Brasil não era mais importador líquido de alimentos e os estudos da Embrapa consolidavam seus resultados na produção agrícola. Com o Plano Real, a valorização da nova moeda nacional não era favorável para as exportações do setor agropecuário, todavia foram de grande utilidade na redução dos preços das importações relevantes para o setor. Dessa forma, durante este período ficou mais barato importar insumos e maquinários o que possibilitou a modernização setorial (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Essa modernização acarretou o aprofundamento da ligação entre os três setores da economia brasileira - agricultura, indústria e serviços - e possibilitou o melhoramento da eficiência produtiva do agronegócio. Assim, quando o câmbio flutuante foi implementado na economia brasileira, em 1999, e o Real foi, naturalmente, desvalorizado e o agronegócio estava melhor estruturado e integrado às demais atividades econômicas, o que ajudou a impulsionar as exportações, nesse momento favorecidas pela taxa de câmbio. Nesse sentido, os ganhos de

produtividade possibilitaram que o Brasil estivesse melhor preparado para suprir a demanda internacional em expansão advinda do cenário mundial favorável, enquanto a modernização do setor agrícola auxiliou a desenvolver o agronegócio nacional de maneira a torná-lo melhor estruturado para atender a essas crescentes necessidades (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Já, o terceiro fator passa a impressão de ser vago, contudo consistiu em um conjunto de elementos internacionais favoráveis que impulsionaram o desempenho do setor da agropecuária brasileira nas décadas de 2000 e 2010. Dentre os tantos acontecimentos do período, é possível destacar quatro mais relevantes para esta análise: 1) o crescimento econômico mundial, 2) o processo de urbanização global, 3) o crescimento das economias emergentes⁷ e 4) o boom das commodities. Todos estes elementos internacionais estão interligados e a sua convergência impactou positivamente o desempenho do Brasil no crescimento da produção interna e no comércio internacional (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Primeiro, o processo de globalização foi aprofundado na década de 1990 com o neoliberalismo sendo implementado nos mais diversos países do globo o que causou a abertura econômica e elevação do nível de trocas. Especificamente relacionado à questão econômica, em 1995, foi fundada a Organização Mundial do Comércio a qual selou a interdependência das economias através da instituição. Assim, devido à globalização mundial e a uma maior circulação de bens no comércio internacional, a economia mundial cresceu em torno de 3 a 5%, no início dos anos 2000 (BARROS, 2014; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). O Brasil aproveitou este período próspero no mercado internacional para firmar novas parcerias econômicas e o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, viajou para lugares nunca antes visitados pelo governo brasileiro, como a África, Oriente Médio e Ásia (BARROS, 2014; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015). Nesse sentido, “o número de destinos das exportações do agronegócio brasileiro subiu de 193, em 2000, para 211, em 2014” (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015, p, 96).

⁷ Não existe consenso sobre quais países formam o grupo de países emergentes, todavia o conceito foi formulado para englobar, a partir da década de 1990, que destacavam-se como relevantes exportadores, com certo grau de industrialização e que estavam em crescente acréscimo de desenvolvimento econômico e social. Dentre os países emergentes estão Brasil, China, Rússia e Índia (BAUMANN, 2016).

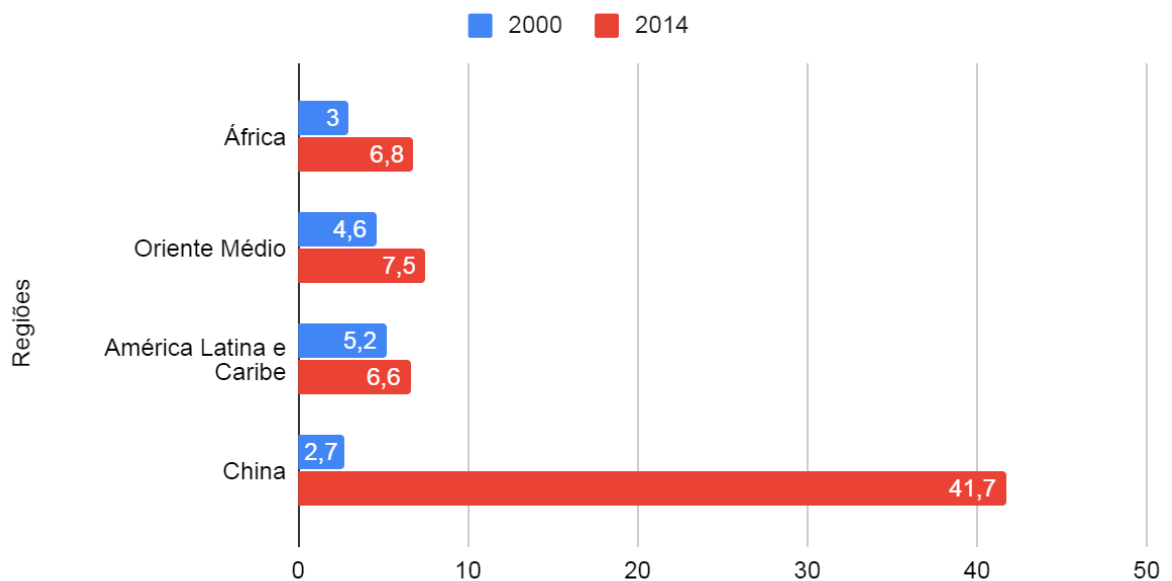
Segundo, o êxodo rural e a urbanização precisam ser compreendidos como um processo global, uma vez que com as economias se desenvolvendo e a população crescendo, o processo se aprofunda. Enquanto no Brasil, a população urbana majoritária foi alcançada ainda na década de 1960, no mundo a população urbana chegou a 50,5% em 2008 (BARROS, 2014; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). A urbanização acarreta modificações no consumo da população, visto que nas cidades há maior acesso à informação, ao saneamento, aos produtos, à educação e à infraestrutura. Dessa forma, a população mundial sendo majoritariamente urbana ocasiona um acréscimo na demanda por alimentos e também na demanda por alimentos de maior qualidade (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017)

Terceiro, houve o crescimento das economias emergentes no Sistema Internacional. Nesse sentido, países como Brasil, Índia, China e Rússia se sobressaíram perante os demais países subdesenvolvidos, uma vez que, mesmo não sendo caracterizados como economias avançadas, apresentavam crescimento do PIB superior à média mundial durante os anos 2000. Embora, boa parte deste destaque tenha sido puxada pelo rápido desenvolvimento da China no mesmo período (BAUMANN, 2016). Influenciado por este acontecimento, as exportações do agronegócio brasileiro, entre os anos 2000 e 2010, sofreram uma diminuição de participação dos países avançados, de 68% para 40%, e conseqüentemente houve um aumento da participação dos países emergentes e menos desenvolvidos (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Esse movimento condiz com o crescimento no número de parceiros econômicos do agronegócio brasileiro adquiridos durante as duas décadas. Regiões, como África, Oriente Médio, América Latina e Caribe e, principalmente, a China adquiriram importante espaço nas exportações do agronegócio entre os anos 2000 e 2014. Num comparativo entre os dois anos, a África passou de 3% para 6,8%, o Oriente Médio de 4,6% para 7,5%, a América Latina e Caribe de 5,2% para 6,6% e a China de 2,7% para 41,7%. O aumento de participação dessas regiões menos desenvolvidas e em desenvolvimento condizem também quando analisado as projeções de crescimento populacional até 2030. Tendo em vista que essas regiões têm média de crescimento superiores a de regiões desenvolvidas e que maiores populações necessitam de maior quantidade de alimentos, o agronegócio brasileiro pode beneficiar-se deste posicionamento (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Figura 8 – Aumento da participação de regiões em desenvolvimento com o agronegócio:
2000-2014

Aumento de participação de regiões em desenvolvimento nas parcerias econômicas do agronegócio: 2000-2014



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Fundação Getúlio Vargas (2015)

Por fim, o quarto fator relevante para o cenário favorável do mercado internacional durante a década de 2000 e 2010 foi o boom das commodities. O boom das commodities, também denominado de agroinflação, é caracterizado por um período de alta dos preços de produtos agrícolas (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Desde a década de 1970, os preços das mercadorias primárias estavam em queda, contudo a partir de 2003 esse movimento se reverteu, muito puxado pela expansão da demanda das economias emergentes e, principalmente, da China (BARROS, 2014). Por ser um processo de determinação de preço, diversos acontecimentos internacionais podem impactar na sua oscilação, além do aumento de demanda, pode-se citar o crescimento da competição por recursos escassos, a variação de disponibilidade de fontes energéticas no mercado e as condições climáticas (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

Tendo em vista que os recursos escassos, como água e terra, tem oferta limitada e praticamente constante, a elevação na demanda devido ao crescimento populacional e econômico acaba puxando os preços para cima. Nesse sentido, tendo a agropecuária moderna uso intensivo de fontes energéticas, quando há redução na disponibilidade deste insumo, como quando ocorreu a invasão norte-americana ao Iraque em 2003, ocorre aumento nos custos da produção e impacta o preço final do produto agrícola. Já, as condições climáticas adversas do século XXI podem afetar os preços das commodities no comércio internacional, uma vez que uma catástrofe ambiental ou grandes volumes de chuva danificam a safra e penalizam a oferta das mercadorias agrícolas no mercado internacional (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

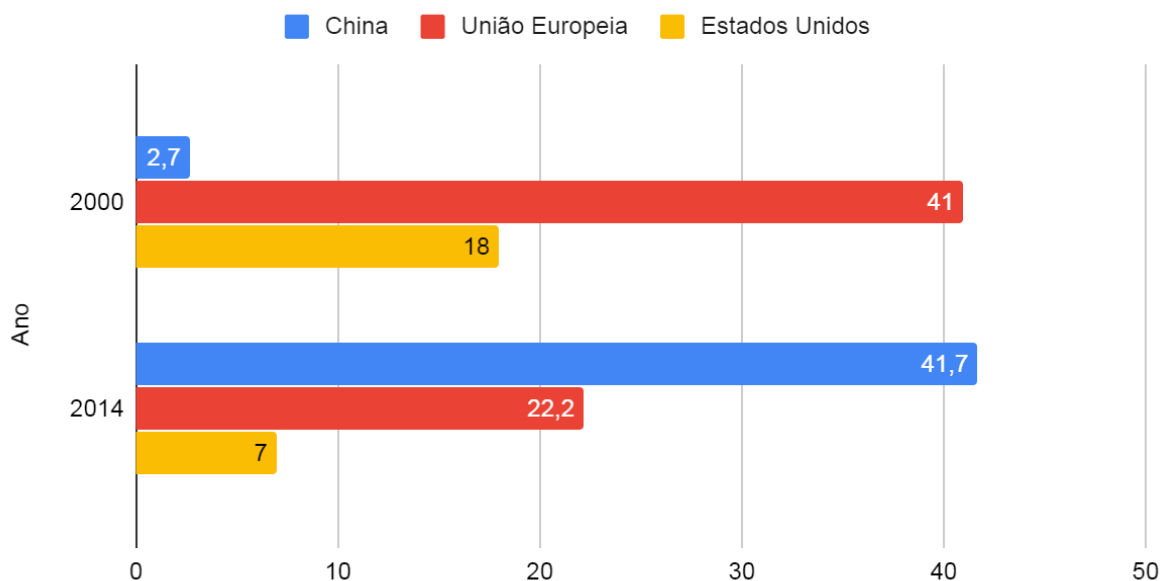
Assim, durante os anos 2000 o mundo vivenciava pela primeira vez nos últimos 30 anos o boom das commodities e o Brasil beneficiou-se deste fenômeno. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2015, p, 61)

“o agronegócio brasileiro vivenciou um período particularmente positivo, favorecido pela alta nos preços internacionais e pela expansão generalizada da produção agropecuária. Esta forte expansão, além de dinamizar a economia do interior do País, impulsionou as exportações brasileiras, contribuindo de forma decisiva para a ampliação das reservas internacionais brasileiras e o financiamento do déficit em transações correntes”

Interligado ao contexto do terceiro fator sobre o crescimento das economias emergentes, houve um acontecimento que necessita de destaque separado dos demais, visto seu significativo impacto sobre o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. O fenômeno China, aqui caracterizado como quarto e último fator do bom desempenho do setor agropecuário nos anos 2000 e 2010, pode ser determinado como o rápido desenvolvimento e expansão no comércio internacional desta economia. Em uma diferença de apenas 14 anos, a China deixou de ter participação singela nas exportações do agronegócio brasileiro para se tornar o principal destino desse setor, desbancando economias avançadas desta posição. No ano 2000, a União Europeia representava 41% das exportações do setor, os Estados Unidos 18% e a China 2,7%. Já em 2014, a China ultrapassou as demais economias e passou a representar 41,7% das exportações do agronegócio, a União Europeia reduziu sua participação para 22,2% e os Estados Unidos para 7% (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Figura 9 – Participação da China, União Europeia e Estados Unidos com o agronegócio:
2000-2014

Participação, em porcentagem, da China, União Europeia e Estados Unidos nas exportações do agronegócio: 2000-2014



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Fundação Getúlio Vargas (2015)

O acréscimo de comércio entre o Brasil e a China, entre 2000 e 2014, aumentou em níveis muito superiores do que entre o Brasil e o resto do mundo, enquanto o primeiro teve variação de 26%, o segundo teve em média de 8%. Esse notável acréscimo ocorreu, em muito, devido à complementaridade das economias chinesa e brasileira, uma vez que os produtos brasileiros não competem com os produtos chineses e *vice-versa*, como também somam para o desenvolvimento nacional dos países. A China importa do Brasil o que não consegue produzir em larga escala que são as commodities para alimentar a sua população e a sua indústria nacional. Já o Brasil importa da China mercadorias manufaturadas com preço competitivo, expressivamente, menor do que o da produção da indústria nacional (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Essa lógica se comprova ao analisar o perfil de importação nessa troca comercial: as importações da China com o Brasil são caracterizadas em torno de 80% por produtos básicos e as importações do Brasil com a China por mais de 90% de produtos industrializados. A complementaridade das economias possibilita que a China perceba o Brasil não como competidor, mas como importante parceiro econômico e potencializa as trocas comerciais e

diplomáticas entre os países. Além disso, evidencia-se o papel central do agronegócio brasileiro nos bons frutos desta parceria econômica, visto que, em 2014, representou 55% de todas as exportações brasileiras para a China (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2015).

Assim, conclui-se que a convergência dos fatores acima elencados foi decisiva para a conquista dos resultados positivos do setor agropecuário durante os anos 2000 e 2010. Enquanto os elementos internacionais pressionavam pelo lado da demanda através do crescimento das populações urbanas, do crescimento econômico mundial e, principalmente, dos países emergentes, o Brasil conseguiu atender pelo lado da oferta a partir da estabilização monetária com o Plano Real, da modernização do setor agrícola e do aumento da produtividade. Essa convergência possibilitou que o Brasil se tornasse ator central para a segurança alimentar mundial e líder na produção e exportação de commodities ainda nas primeiras duas décadas do século XXI.

Por mais que o Brasil, desde sua formação, tenha perfil agrário, a estrutura econômica e social nacional passou por impactantes mudanças a partir da década de 1960 referentes à produção agrícola. Inicialmente, tais mudanças foram impulsionadas pelo combate à fome e mostraram frutos ainda no século passado com a expansão da fronteira agrícola para o Cerrado, a fundação da Embrapa e a evolução da economia brasileira de importador líquido de alimentos para autossuficiência em grande parte dos grupos alimentícios. Todavia, foi com a estabilização monetária determinada pelo Plano Real que o Brasil foi capaz de melhor estruturar-se para aproveitar o potencial que o setor agropecuário tinha a oferecer.

Os dados do Ministério da Agricultura, da Embrapa e dos pesquisadores do Ipea levantados anteriormente demonstram o aproveitamento e a expansão do potencial do agronegócio brasileiro nas décadas de 2000 e 2010, da mesma forma que comprovam a especialização do Brasil na agropecuária. O rápido crescimento do agronegócio brasileiro, corroborado por fatores internos e externos, impactou a estrutura econômica e social do país o que, possivelmente, impactou também as instituições políticas representantes dessa estrutura.

O próximo capítulo deste trabalho destina-se a avaliar os impactos das mudanças apresentadas neste presente capítulo sobre a organização institucional brasileira. Mais especificamente, o terceiro capítulo objetiva mensurar a representatividade do agronegócio no Congresso Nacional nos anos 2000 e 2010, considerando sua expansão nesses anos, e a existência de um posicionamento nítido desse grupo para além das fronteiras nacionais.

3 A REPRESENTATIVIDADE DOS INTERESSES DO AGRONEGÓCIO NO CONGRESSO NACIONAL E NA POLÍTICA EXTERNA

Percebendo-se as mudanças econômicas no Brasil a partir da década de 1990 e, principalmente em 2000 e 2010, é de interesse deste trabalho questionar os seus impactos sobre as organizações internas do país. Ao mesmo tempo que entende-se a importância da especialização na agropecuária, é válido ponderar as formas que os interesses do agronegócio adotam no sistema político interno e externo. Para isso, num primeiro momento, necessita-se compreender como a sociedade e o sistema político se comunicam.

Nesse sentido, os partidos políticos e os grupos de pressão são partes componentes da democracia moderna e são encarregados por representar os interesses da sociedade civil na estrutura política de tomada de decisão. Ambas as organizações são intermediárias entre a sociedade e o Estado e elas existem para conectar essas duas pontas da estrutura social de um país. Todavia, pode-se destacar diferenças entre os partidos e os grupos de pressão (BONAVIDES, 2000).

Os partidos políticos buscam a dominação do poder através da eleição e a participação ativa no jogo político para formação da máquina estatal. Em consonância, os partidos necessitam ter um posicionamento nítido perante toda a sociedade para que os interesses defendidos por eles sejam explícitos e, dessa forma, os cidadãos possam se identificar com os partidos e depositar sua confiança neles através do voto nas eleições. Os partidos têm enfoque em buscar a representação do povo, da coletividade e do interesse geral da sociedade ao mesmo tempo em que são instituições políticas inseridas no âmbito do Estado (BONAVIDES, 2000).

Já, os grupos de pressão são organizações sociais que representam interesses específicos e particulares. Os grupos de pressão não querem conquistar o poder nem fazer parte do Estado, todavia tangenciam o poder político através da sua influência sobre os tomadores de decisão para que os seus interesses sejam acatados pelos parlamentares. Diferentemente dos partidos, os grupos de pressão não estão encarregados de representar o povo como um todo, entretanto representam a sociedade em suas diferentes facetas e interesses. Por isso, os grupos de pressão

são fluidos e maleáveis e atuam de forma pontual para garantir que, em uma tomada de decisão específica, os desejos dos grupos de interesse prevaleçam (BONAVIDES, 2000). Conforme Paulo Bonavides (2000), grupos de pressão são “forças invisíveis” sobre o sistema político que não podem mais ser ignoradas pela democracia moderna.

É importante destacar que há diferenças, também, entre as concepções de grupo de pressão, grupos de interesse e lobby. Grupos de interesse são aglutinações de diversos cidadãos sob os mesmos desejos e que buscam a mesma resposta sobre uma questão específica. Assim, os grupos de interesse como sugerem sua denominação, são grupos dentro da estrutura social que convergem ao mesmo interesse, todavia não buscam impactar a política para seu favorecimento. Nesse sentido, podem-se exemplificar os grupos de interesse como àqueles que defendem a volta da monarquia no Brasil, eles convergem sob um interesse em comum, mas quando tiveram oportunidade de influenciar o sistema político a seu favor, no plebiscito de 1993, não o fizeram. Há uma linha tênue entre grupos de interesse e grupos de pressão a qual é ultrapassada a partir do momento em que o grupo de interesse passa a se envolver com o jogo político e se transforma em um grupo de pressão (BONAVIDES, 2000).

A diferenciação de grupos de pressão e lobby também se dá de forma sutil. Se de um lado temos os grupos de pressão como organizações sociais fluidas e desregulamentadas, de outro, temos o lobby (BONAVIDES, 2000). Lobby, para Bonavides (2000), são organizações, assim como os grupos de pressão, que defendem os interesses específicos de um grupo da sociedade perante as decisões do Parlamento. Contudo, lobby são organizações alicerçadas a uma regulamentação constitucional e, nos Estados Unidos, é considerada uma profissão a qual deve submeter-se às burocracias e controles do Estado. Nesse sentido, houve regulamentação e profissionalização dos grupos de interesse e formaram-se os lobbies os quais são altamente especializados nas áreas que circunscrevem seus interesses e são providos de tecnologia de ponta para garantir o acompanhamento dos debates no Parlamento e a eficiência de sua atuação frente a eles (BONAVIDES, 2000).

Mais especificamente, para o sistema democrático brasileiro, há também a existência das Frentes Parlamentares. Segundo a própria Câmara dos Deputados (2005), Frentes Parlamentares “são associações de parlamentares de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade”; ou seja, são organizações suprapartidárias que compõe a instituição política do Congresso brasileiro destinadas aos debates de interesse social. Ao mesmo tempo em

que no Poder Legislativo no Brasil, as Frentes Parlamentares acabaram se dividindo entre os debates materiais e os culturais, ideológicos e éticos. Nesse sentido, existe maior concentração de partidos de “direita” com perfil conservador e empresarial nas Frentes Parlamentares materiais e partidos de “esquerda” nas Frentes Parlamentares de cunho cultural, ideológico e ético (CORADINI, 2009). Para que uma Frente Parlamentar seja formada é necessário agrupar pelo menos um terço dos parlamentares componentes do poder Legislativo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005). Em 2019, existem 286 Frentes Parlamentares no Congresso brasileiro.

Nesse sentido, considerando o objetivo deste trabalho em analisar o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e, então, seus impactos sobre o sistema político nacional escolhe-se uma Frente Parlamentar de viés material para representar os interesses setoriais no Congresso. A Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como Bancada Ruralista, foi a escolhida para a realização desta análise. Assim, neste capítulo busca-se, primeiramente, entender a existência da Frente Parlamentar da Agropecuária e se houve o aumento no número de seus participantes durante a expansão do agronegócio nos anos 2000 e 2010; para, posteriormente, ponderar se é possível afirmar que esta instituição parlamentar tem representação na Política Externa Brasileira.

3.1 INCHAÇO DA BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL

Aplicando a lógica explicitada no capítulo anterior da preponderância do caráter agrícola no Brasil desde sua formação, é possível afirmar que esse panorama não era apenas visível para o campo econômico, mas também para o político. Desde a comercialização das safras de açúcar, no Período Colonial, e de café, no Período República, passando pelas leis de compensação aos produtores agrícolas em tempos de crise e estabelecimento da Lei da Terra de 1850, os grupos de pressão relacionados à agricultura esteve, constantemente, presente no cenário político brasileiro (SIMIONATTO; CASTRO, 2012). De acordo com Ivete Simionatto e Carolina Rodrigues Costa (2012, pg, 216), o “acesso às estruturas estatais, garantido pela posição ocupada dentro do bloco dominante, permitiu aos setores ruralistas a cristalização de seu domínio político-econômico, afastando qualquer possibilidade de transformação radical da estrutura agrária brasileira.”

As bancadas temáticas começaram a ser esboçadas no Congresso brasileiro entre 1945 e 1964, evidentemente, sendo extintas durante o período ditatorial e ressurgindo na

redemocratização. Os interesses da agropecuária já eram reproduzidos por um grupo, inicialmente de baixa capacidade organizacional, intitulado de União Democrática Ruralista, durante a Assembléia Constituinte de 1988. Este grupo defendia o direito à propriedade e era contrário à Reforma Agrária o qual teve ganhos políticos positivos ao conseguir garantir o direito à propriedade rural em terras produtivas na Constituição democrática de 1988. Até 1995, este grupo de defesa dos interesses agropecuários aglutinava a União Democrática Ruralista e os parlamentares autodeclarados ruralistas e, por mais que representasse um pequeno número de parlamentares, era um grupo muito influente no Congresso nacional (SIMIONATTO; CASTRO, 2012).

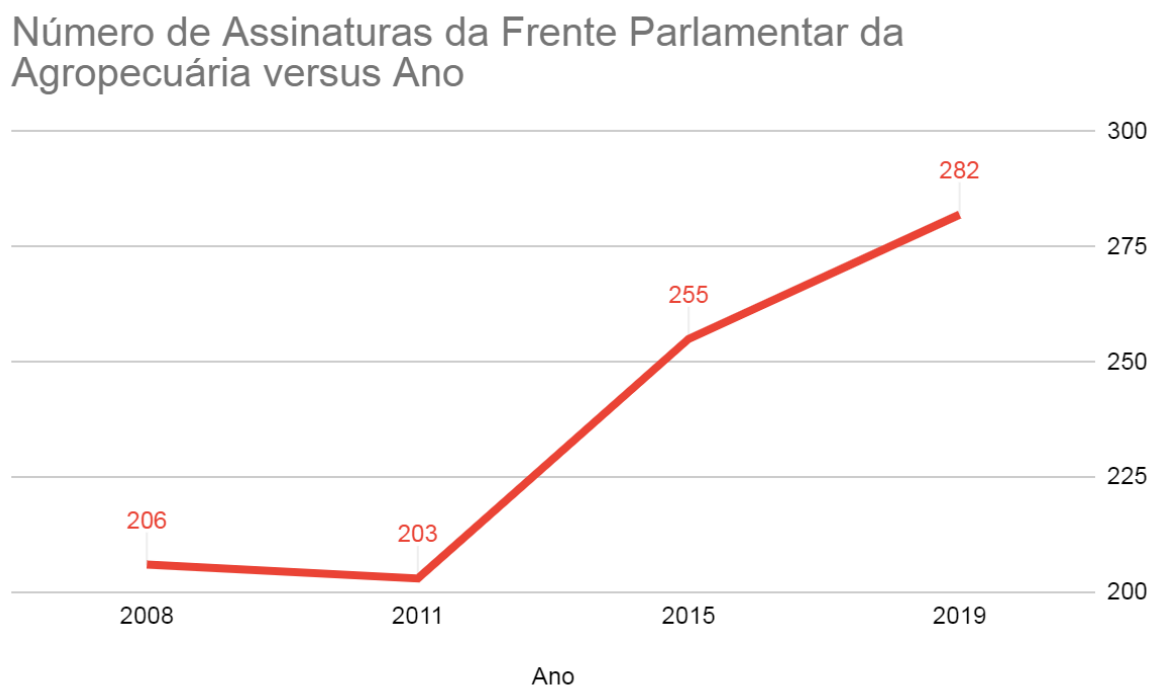
Foi em 1995, com o processo de modernização da agropecuária e a reestruturação da base política do setor, oficializado a formulação da Frente Parlamentar da Agricultura. Em sessão da Câmara dos Deputados, em março de 1995, foi anunciada a criação Frente Parlamentar que visava acompanhar de perto os impactos negativos da crise econômica sobre o setor agropecuário e defender os interesses do produtor agrícola perante o sistema político (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2019). No ano de 2005 a concepção de Frente Parlamentar foi oficialmente regulamentada como legislação federal, através do Ato da Mesa nº69, de 10 de novembro de 2005. Assim, Frente Parlamentar foi definida como um grupo de representação de interesses específicos da sociedade no poder Legislativo e necessitava da assinatura de pelo menos um terço dos membros do Congresso brasileiro para sua fundação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Em busca a adequar-se ao novo regulamento, foi apresentado, em 2008, o Requerimento 2502/2008 o qual instituiu oficialmente a Frente Parlamentar da Agropecuária com a assinatura de 206 membros entre os componentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Neste mesmo Requerimento, a Frente Parlamentar afirmava abertamente seu apoio aos interesses do agronegócio e ao desenvolvimento de políticas públicas favoráveis ao setor (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008). Se considerado o levantamento realizado por Vieira Filho e Fishlow (2017, pg, 88 e 89) no qual os autores constataram que 10% dos estabelecimentos agropecuários mais ricos eram responsáveis por 85% do valor bruto total da produção nacional, a Frente Parlamentar estaria apoiando a menor e a mais rica parcela do setor agrícola. Dessa forma, não esquecendo da heterogeneidade dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, a Frente Parlamentar afirmava seu apoio, principalmente, às empresas agrícolas que objetivavam a

produção de excedente para a comercialização no mercado internacional, afirmava seu apoio ao agronegócio (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

A partir de 2006, houve certa ampliação dos temas sustentados pela Frente Parlamentar que absorveu uma gama maior do setor agropecuário. Mesmo que seu enfoque tenha mantido-se no agronegócio, na propriedade privada e na renegociação da dívida agrícola, a Frente Parlamentar da Agropecuária passou a abordar temas relevantes para os trabalhadores agrícolas e para os pequenos produtores, em busca de retomar a confiança desta parte do setor (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2006). Com a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados, que compreende o período de 2011 a 2014, o Requerimento da Frente Parlamentar da Agropecuária tinha assinatura de 201 parlamentares do Congresso Nacional. Nas duas Legislaturas seguintes, 55ª e 56ª, que representam o período de 2015 a 2018 e 2019 a 2023, respectivamente, os números de membros participantes da Frente Parlamentar apenas aumentaram. Em seu Requerimento no ano de 2015, cresceu para 255 membros participantes, enquanto, no ano de 2019, cresceu, novamente, para 282 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; 2019).

Figura 10 – Número de Assinaturas da Frente Parlamentar da Agropecuária: 2008-2019



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Câmara dos Deputados dos anos 2006-2019

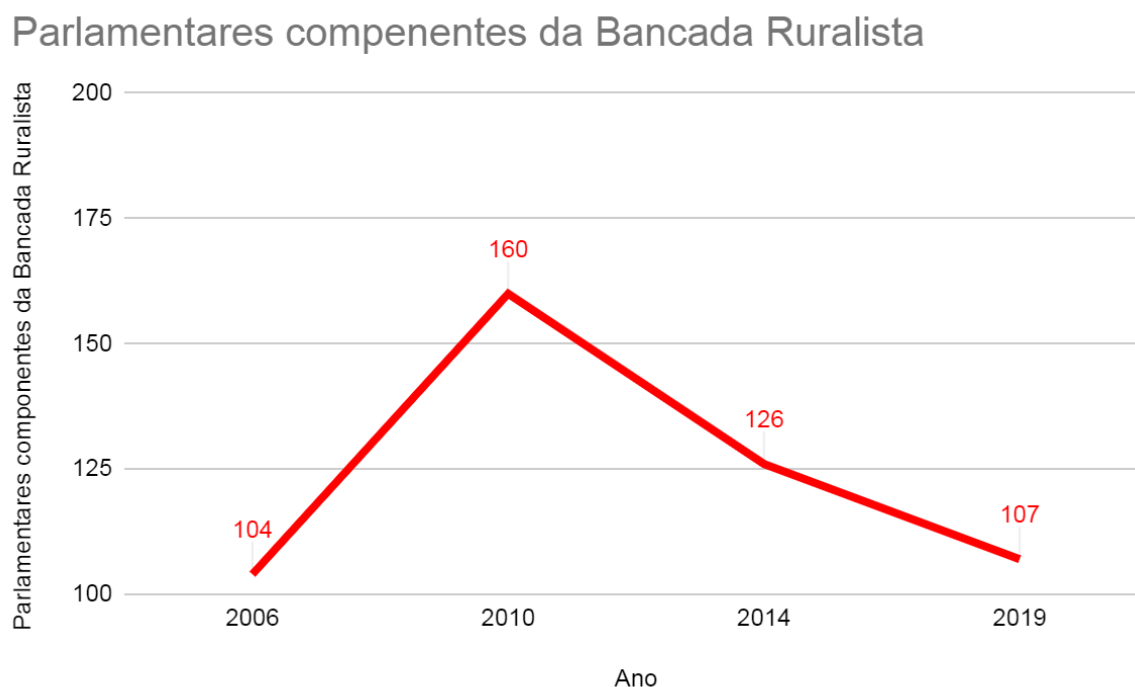
Seguindo este mesmo propósito de mapear a presença dos ruralistas no Congresso Nacional, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), fundado em 1983, publica desde novembro de 1990 uma série intitulada de “Radiografia do Novo Congresso”. Nela, em cada transição de Legislatura, o Departamento realiza o levantamento dos parlamentares eleitos e reeleitos, assim como, seus perfis e o perfil adotado pelo Congresso no início de uma nova Legislatura. Além disso, o DIAP também analisa neste documento os tamanhos das bancadas informais presentes no Legislativo, incluindo o da Bancada Ruralista. Diferentemente de um levantamento de assinaturas em Requerimentos, o DIAP faz uma análise mais abstrata através do mapeamento do perfil do parlamentar e de seu posicionamento explícito perante a sociedade para determinar sua participação em alguma bancada informal (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2019a; 2019b). Dessa forma, o Departamento percebe como parlamentares representantes da Bancada Ruralista aqueles que

“mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, como também em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas.” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2019b, p, 100 e 101).

Em conformidade com esta concepção proposta pelo DIAP, a variação dos números dos parlamentares ruralistas no Congresso brasileiro têm comportamento diferente dos apresentados, anteriormente, com as assinaturas para o Requerimento da Frente Parlamentar da Agropecuária. Tomando como base o ano de 2006, a Bancada Ruralista era representada por 104 parlamentares e passava a implementar políticas de representação dos pequenos produtos e dos trabalhadores rurais (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2006). Esta tentativa de modificar seu posicionamento teve efeito positivo nas eleições de 2010 ao expandir o tamanho da Bancada para 160 políticos ruralistas, quando somado os da Câmara dos Deputados e os do Senado. Neste ano, houve o ápice, conforme os dados do DIAP, de presença dos ruralistas no Congresso brasileiro os quais representavam mais de ¼ de toda instituição política (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2010).

A partir do ano de 2010, os números passaram a traçar uma trajetória decrescente, ao mesmo tempo em que o enfoque da Bancada Ruralista se direcionava para aprovação do novo Código Florestal e para as alterações nas legislações trabalhistas e tributárias rurais para, dessa forma, garantir acréscimos de competitividade setorial. Assim, nas eleições de 2014, o número de parlamentares ruralistas reduziu para 126 e nas eleições seguintes, em 2018, diminuiu novamente para 107 (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2014; 2019). Aqui, percebe-se declínio na representatividade quantitativa dos parlamentares abertamente declarados ruralistas nas duas últimas Legislaturas.

Figura 11 – Parlamentares componentes da Bancada Ruralista: 2006-2019



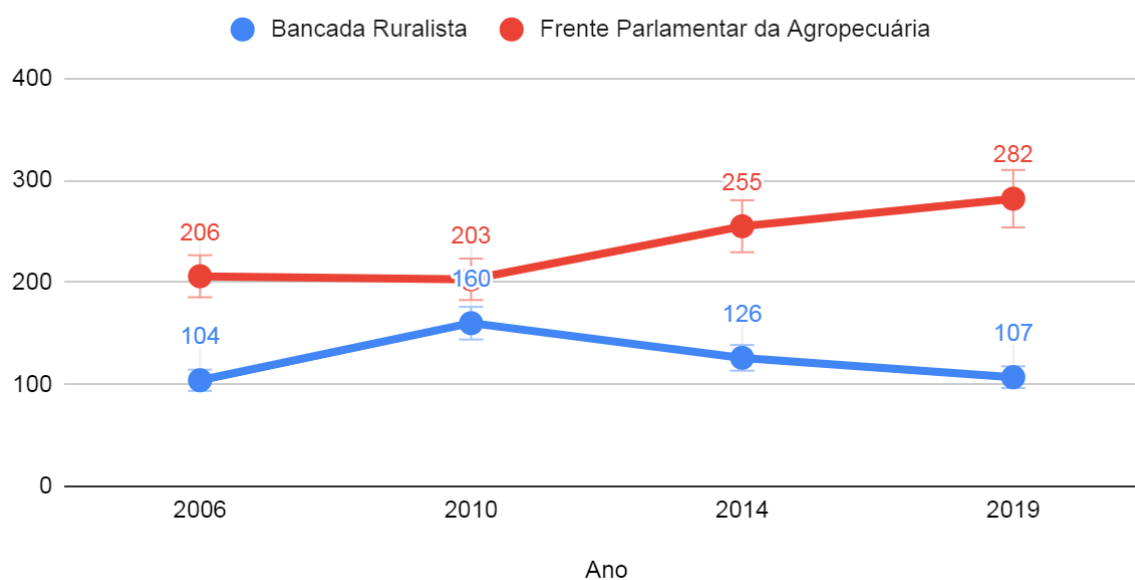
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do DIAP dos anos 2006-2019

Essa redução quantitativa não necessariamente implicou em decréscimo de influência deste setor no cenário político nacional, uma vez que os dois presidentes da Câmara dos Deputados entre 2015 e 2019 assinaram como membros componentes da Frente Parlamentar da Agropecuária, sendo eles Eduardo Cunha e Rodrigo Maia. Da mesma forma que políticos componentes da Frente Parlamentar e, simultaneamente, membros da Bancada Ruralista, em pelo menos nas últimas três Legislaturas nacionais, ocupam no governo Jair Bolsonaro cargos de Ministérios, como o ex-deputado federal Onyx Lorenzoni no Ministério da Casa-Civil e a ex-

deputada federal Tereza Cristina no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; 2019). Em consonância, os integrantes da Frente Parlamentar, em 2019, continuam tendo posição de liderança em Comissões na Câmara dos Deputados, como a de Meio Ambiente, de Políticas Agrícolas, de Relações Internacionais, de Infraestrutura e Logística e de Comunicação (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2019b).

Figura 12 – Comparação entre o número de participantes da Frente Parlamentar e da Bancada Ruralista: eleições 2006-2018

Participantes da Bancada Ruralista e Frente Parlamentar da Agropecuária: eleições 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Câmara dos Deputados e do DIAP dos anos 2006-2019

Enfim, pode-se concluir: 1) nem todo membro assinante da Frente Parlamentar da Agropecuária é verdadeiramente um ruralista, ou seja, nem todo participante desta instituição política está intrinsecamente interligado à pauta agrícola, 2) comparando os números dos políticos abertamente ruralistas e dos participantes da Frente Parlamentar, é perceptível o grau de influência dos parlamentares conectados ao agronegócio no Congresso Nacional. Essas duas conclusões se confirmam ao comparar a diminuição no número de candidatos abertamente defensores do agronegócio, desde 2010, e o simultâneo acréscimo nos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária no mesmo período.

Conforme Ivete Simionatto e Carolina Rodrigues Costa (2012), a capacidade de mobilização e negociação na construção de alianças políticas com as demais bancadas com viés conservador é uma das fortes características da Bancada Ruralista. Para garantir que seus interesses sejam aprovados no Legislativo, parlamentares ruralistas negociam apoio recíproco e troca de favores para assuntos que lhes convém, assim “eles podem representar interesses de outros segmentos, desde que pertencentes, obviamente, à classe dominante.” (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p, 224). Ao mesmo tempo que, por mais que a Bancada Ruralista tenha reduzido nas últimas duas Legislaturas, ela ainda representa, em 2019, quase $\frac{1}{5}$ de todo o Legislativo brasileiro, enquanto a Frente Parlamentar da Agropecuária representa mais de 47%.

Por fim, é perceptível a forte representação dos interesses do agronegócio no sistema político interno brasileiro. Uma vez que a influência do setor agrícola ultrapassa a Frente Parlamentar da Agropecuária e participantes da Bancada Ruralista alcançam cargos de Presidência da Câmara dos Deputados e de Ministérios no poder Executivo, é válido questionar se a representação destes interesses limitam-se às fronteiras nacionais.

3.2 TERIA A BANCADA RURALISTA COMPORTAMENTO INTERNACIONALISTA?

Entendendo a Bancada Ruralista como ponto chave de representação política no Congresso nacional deste cenário econômico positivo para o agronegócio instaurado a partir dos anos 2000 no Brasil, ao mesmo tempo entendendo o agronegócio como o setor agrícola diretamente interligado ao setor externo, é válido questionar se esta representação política interna se estende para o âmbito internacional. Para isso, parte-se da análise proposta por Robert Putnam intitulada de “Jogo de Dois Níveis”, a qual busca compreender as forças presentes numa negociação internacional.

Diferentemente do viés realista das Relações Internacionais, Robert Putnam percebe a conexão entre a política doméstica e as relações internacionais de um país, da mesma maneira que percebe as influências internas refletirem nas negociações externas (PUTNAM, 2010). Em conformidade, para Putnam,

“A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No

nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.” (PUTNAM, 2010, p, 151)

O Jogo de Dois Níveis propõe uma maior complexidade para a projeção internacional de um país, uma vez que em uma mesa de negociação internacional, o negociador-chefe não está unicamente representando os interesses do seu Estado, contudo atrás dele nesta mesa estão os grupos de pressão domésticos. Na lógica do Jogo de Dois Níveis, o negociador-chefe participa de dois tabuleiros, primeiramente, a mesa de negociação é formada por ele e pelos grupos de pressão interno que irão expor suas preocupações e interesses e, posteriormente, a mesa de negociação é composta por ele e pelo negociador-chefe de outro país. Nesse sentido, o grau de heterogeneidade apenas aumenta quando compreende-se que ambos os negociadores-chefes presentes na negociação internacional passaram pelo mesmo processo (PUTNAM, 2010).

A complexidade desta negociação fica em evidência quando a validação dos termos acordados no campo internacional necessita passar pela ratificação no campo doméstico através da submissão com as instituições políticas componentes do Estado e com os grupos de pressão e a sociedade como um todo. Assim, um acordo internacional só vai ser válido se for aprovado e implementado internamente, ao mesmo tempo que se os interesses internos estão contemplados neste acordo, a probabilidade de validação eleva-se. Por isso, os dois níveis não podem ser ignorados frente os tomadores de decisão em um posicionamento de política externa (PUTNAM, 2010).

A abordagem convencional da interação do Poder Executivo e Legislativo para a formulação da Política Externa limita a participação do Legislativo a *ex post*, ou seja, apenas à aprovação do que foi acordado na negociação internacional. Esta abordagem está alicerçada aos artigos 49 e 84 da Constituição de 1988, os quais definem como responsabilidade predominante do Executivo em promover e oficializar acordos internacionais que poderiam que estariam sujeitos à submissão de referendo para o Congresso brasileiro. Seguindo esta lógica, o poder Legislativo não seria capaz de sugerir modificações e influenciar o posicionamento do Brasil em uma negociação internacional, uma vez que a Política Externa brasileira seria definida pelo Executivo, mais especificamente, pelo Ministério das Relações Exteriores (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

Todavia, a análise realizada por Anastasia, Mendonça e Almeida (2012) opõe-se à abordagem tradicional e, através do levantamento das instituições que conectam o Legislativo ao Executivo no campo das relações internacionais, considera a influência do Congresso brasileiro sobre a Política Externa. Os autores partem da premissa de que a política externa também é uma forma de política pública e que, por ter efeitos diversos sobre a sociedade brasileira, desperta interesses sobre atores que possam ser impactados por ela. Assim, tomando o Congresso nacional como representante final da sociedade brasileira e dos grupos de pressão, é justificável a criação de instituições internas relacionadas ao posicionamento brasileiro externo (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012). Principalmente, se esses grupos forem dependentes da esfera internacional e, por isso, forem mais sensíveis às tomadas de decisão internacionais, como é o caso do agronegócio.

As Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são as principais instituições políticas para os parlamentares debaterem sobre temas específicos do posicionamento internacional do Brasil. Da mesma forma que as Comissões objetivam ser um espaço de discussão sobre a política externa, também tem como escopo realizar indicações, audiências, requerimentos e os projetos de lei. As indicações, que podem ser endereçadas ao Presidente ou aos Ministros e que podem ser originadas de um parlamentar específico ou de um grupo de parlamentares, servem para demonstrar interesse ou sugerir a adoção de certo posicionamento. As audiências são os convites às autoridades governamentais para participar dos debates sobre temas específicos nas Comissões. Os requerimentos são o passo anterior, ou seja é a forma como o Congresso dirige as indicações e os convites ao Executivo. Enquanto os projetos de lei são meios do Legislativo restringir ou impulsionar os posicionamentos internacionais do Executivo (SILVA; SPOHR, 2016).

Além disso, o Senado tem mecanismos únicos referente à Política Externa, como as aprovações de embaixadores e diplomatas nas sedes brasileiras no exterior e de representantes brasileiros em Organismos Internacionais, assim como os requerimentos de informação perante o Executivo que tem finalidade de compreender com detalhamento certo posicionamento internacional do Brasil (SILVA; SPOHR, 2016). O Senado Federal e o Ministério das Relações Exteriores tem relação mais próxima, o que fica evidente a partir de cargos como o assessor internacional do Senado, que seria um representante do Itamaraty na presidência da Casa, o assessor diplomático da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que teria função de

compartilhar com os parlamentares componentes da Comissão documentos sigilosos da projeção internacional brasileira, e a assessoria especial da presidência do Senado, que seria responsável por proporcionar diálogo entre os diplomatas e os senadores (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

Todas essas instituições internas do sistema político brasileiro comprovam que a visão da abordagem convencional era equívoca quando afirmava que os parlamentares não se envolviam na política externa por não terem meios. A análise proposta por Anastasia, Mendonça e Almeida (2012) também demonstra que o Ministério das Relações Exteriores está passando por uma fase de transição de um período de insulamento burocrático para a inclusão de diferentes interesses e atores na formulação da Política Externa Brasileira. Nesse sentido, o Ministério deixa de ter uma posição de isolamento burocrático e perde parte de sua autonomia como definidor hegemônico da política externa, ao mesmo tempo em que há um processo de politização da política externa no Brasil. A formulação da política externa tem se tornado mais democrática e plural (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

De certa maneira, é perceptível o ganho de participação do Congresso brasileiro no desenho do posicionamento internacional do país, o que corrobora com o questionamento central deste trabalho que seria compreender se a Bancada Ruralista, como componente deste Legislativo participativo, pode ter projeção de seus interesses no campo externo. Em consonância, Renata Albuquerque Ribeiro (2016) busca a mesma resposta e analisa o comportamento da Frente Parlamentar através de duas frentes, como grupo de pressão e como participante do Congresso nacional. A autora parte do pressuposto que os três principais agentes influenciadores nas tomadas de decisão são o Executivo, o Legislativo e os grupos de pressão e, por perceber a relevância econômica e a estrutura política constante, escolhe a Bancada Ruralista como estudo de caso (RIBEIRO, 2016).

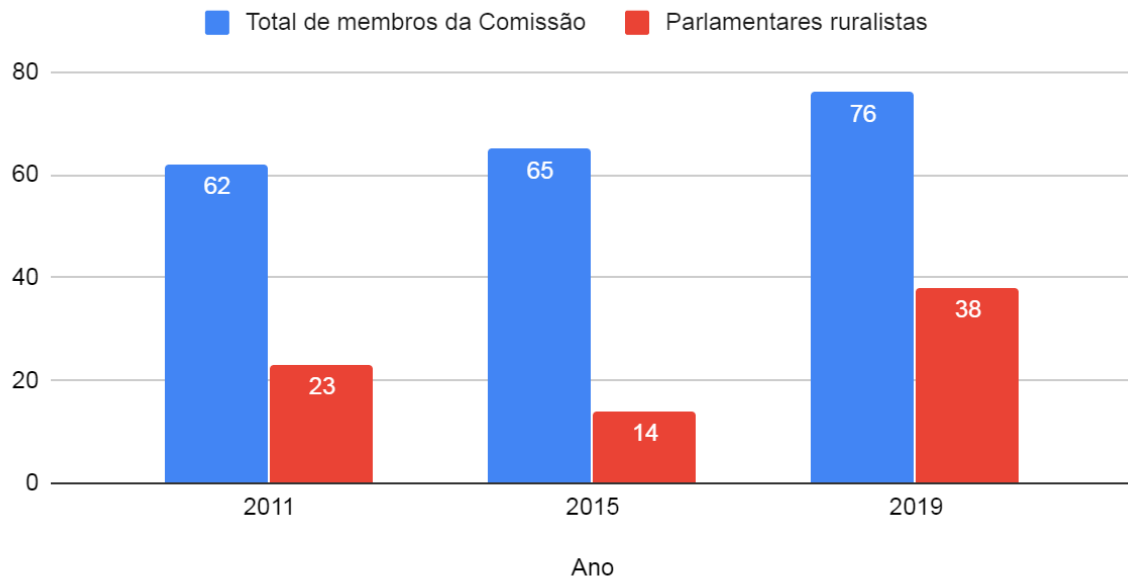
Por estar mais relacionado ao propósito deste trabalho, será utilizado a análise de Ribeiro voltada à influência da Bancada na política externa como componente do Congresso brasileiro. Dessa forma, a autora retoma a importância das Comissões de Relações Exteriores sobre as tomadas de decisão internacionais do poder Executivo e, através do levantamento quantitativo dos parlamentares ruralistas nas Comissões, determina o grau de participação da Bancada em assuntos internacionais. A autora realiza o levantamento dos membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados durante o governo Lula, entre 2003 e 2010, e compara essa

lista de nomes com os membros assinantes da Frente Parlamentar da Agropecuária. Os dados apresentados por ela não são detalhados numericamente ao longo do texto, todavia, a partir do gráfico disponibilizado, infere-se que a Comissão totalizava, em média, 60 parlamentares, enquanto os parlamentares ruralistas participantes da Comissão aproximava-se da marca de 10 a 15 parlamentares. Da mesma forma, é perceptível o aumento de participação dos membros da Frente Parlamentar na Comissão nos anos 2009 e 2010. Renata Ribeiro conclui que a participação quantitativa da Bancada Ruralista na Comissão de Relações Exteriores da Câmara é pequena e que o interesse de atuação sobre a formulação da política externa através deste meio é baixo, visto que os ruralistas percebem maiores ganhos através da atuação como grupos de pressão (RIBEIRO, 2016).

Seguindo a lógica de análise proposta por Ribeiro (2016), ao realizar o levantamento dos membros da Comissão anos 2011, 2015 e 2019, os quais marcam os requerimentos de assinatura dos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, percebe-se resultado diferente do apresentado pela autora. Em 2011, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados era composta por um total de 62 parlamentares dos quais 23 eram membros da Frente Parlamentar. No ano de 2015, a participação dos ruralistas na Comissão diminuiu, enquanto a Comissão aumentou para 65 membros, o número de parlamentares membros da Bancada Ruralista baixou para 17. Já, em 2019, dos 76 membros componentes da Comissão, 38 eram associados à Frente Parlamentar da Agropecuária (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014; 2018; 2019).

Figura 13 – Comparação entre os números totais de membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e o número de parlamentares ruralistas na Comissão

Membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara x Parlamentares ruralistas participantes da Comissão



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Câmara dos Deputados entre 2011-2015

Nesse sentido, em comparação com os dados apresentados por Renata Ribeiro do período que compreende os governos Lula, há certa modificação de comportamento da Bancada Ruralista referente à participação na instituição interna do Congresso brasileiro sobre política externa. Nas cinco Legislaturas analisadas (52^a, 53^a, 54^a, 55^a e 56^a), do ano de 2003 até 2019, a participação dos membros da Frente Parlamentar na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados oscilou em torno de 10%, no levantamento feito por Ribeiro (2016), chegando, em 2011, a um pouco mais de $\frac{1}{3}$ para representar metade da Comissão, em 2019. Em conformidade com os parâmetros apresentados por Ribeiro, esses dados demonstram alteração na maneira como a Bancada Ruralista percebe a Comissão, ao mesmo tempo em que comprovam aumento de interesse dos parlamentares ruralistas na atuação junto às instituições políticas do Legislativo para política externa.

Outro ponto relevante para análise do comportamento internacionalista da Bancada Ruralista é a nomeação de parlamentares membros da Frente Parlamentar da Agropecuária para ocupar o cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entendendo o Ministério

como órgão estatal máximo de defesa do setor primário e do desenvolvimento agrícola do Brasil no âmbito doméstico e internacional, a presença de parlamentares componentes da Bancada Ruralista neste Ministério é bastante simbólico. Desde o primeiro governo Lula, em 2003, até o governo Bolsonaro, em 2019, dez políticos passaram pelo cargo-chefe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dentre esses dez, cinco foram ou ainda são membros da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso brasileiro. Esses cinco ruralistas que lideraram o Ministério representam os últimos cinco Ministros da Agricultura, entre os anos 2013 e 2019, sendo eles Antônio Andrade, Neri Geller, Kátia Abreu, Blairo Maggi e Tereza Cristina (BRASIL, 2019c).

Antônio Andrade está no Congresso brasileiro desde 1995 a 2014, foi eleito deputado estadual e federal durante este período e assumiu a pasta do Ministério de 2013 a 2014, além de político, é pecuarista e produtor de leite em Minas Gerais. Neri Geller é empresário no ramo de comercialização de grãos como soja e milho e de combustíveis, antes de liderar o Ministério da Agricultura, foi Secretário de Políticas Agrícolas deste Ministério (BRAGA, 2014). Kátia Abreu foi apelidada pelo Greenpeace como “rainha da motosserra” e “miss desmatamento”, foi a primeira mulher a presidir a Bancada Ruralista, em 2002, e a Confederação da Agricultura e Pecuária, em 2008. Kátia Abreu é empresária pecuarista no Tocantins e, no período que foi nomeada Ministra da Agricultura, comandava, em um novo mandato, a Confederação da Agricultura e Pecuária e tinha apoio da Bancada Ruralista (FELLET; SCHREIBER, 2014).

Um ano antes de chefiar o Ministério da Agricultura, Blairo Maggi foi, em 2015, classificado pela Revista Forbes entre os 54 bilionários do Brasil com uma fortuna aproximada em 1,2 bilhões de dólares. A fortuna de Blairo Maggi advém do agronegócio e aptidão empresarial agrícola corre no sangue da família Maggi que é dona do Grupo Amaggi, Grupo Maggi e Grupo Bom Futuro, dentre os quais disputam o título de “rei da soja” ano após ano. As três empresas da família Maggi são importantes exportadoras de soja e produtoras de milho e algodão no mercado internacional (ESTADÃO, 2014). Por fim, Tereza Cristina passou da presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária para Ministra da Agricultura, sua nomeação foi confirmada após uma reunião com o presidente eleito Jair Bolsonaro e a Bancada Ruralista. Após Bolsonaro acatar a indicação da Bancada Ruralista, Tereza Cristina, segundo BBC (2018), “é voz forte da Frente Parlamentar da Agropecuária” no Ministério da Agricultura.

As últimas cinco nomeações para o cargo-chefe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terem sido feitas a membros da Frente Parlamentar da Agropecuária podem corroborar com a modificação de comportamento de ruralistas nas Comissões de Relações Exteriores no Congresso brasileiro. O período das nomeações, de 2013 a 2019, coincide com o processo de elevação de participação dos parlamentares ruralistas na Comissão. Possivelmente, os parlamentares ruralistas tenham se sentido mais representados na esfera interna e externa através do Ministério composto por líderes seu grupo político e isso tenha elevado o interesse dos parlamentares em participar das instituições do Congresso voltada para a política externa. Por terem maior intimidade com os Ministros da Agricultura, os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária podem estar mais confiantes em usufruir do espaço das Comissões de Relações Exteriores para expor seus interesses internacionais.

Além disso, a Bancada Ruralista, no ano de 2019, tem apresentado posicionamento como bloco parlamentar mais nítido se comparado aos anos anteriores. Em conformidade com a análise feita por Ribeiro (2016), no período antecessor, os ruralistas preferiam atuar como grupo de pressão no bastidores das tomadas de decisão, tornando sua influência menos palpável, o que é corroborado pela baixa disponibilidade de notícias nos meios de comunicação sobre a relação da Bancada Ruralista e o posicionamento internacional do Brasil. Já, em 2019, provavelmente impulsionado pela afirmação do presidente Jair Bolsonaro de que seu governo era da Bancada Ruralista, a Frente Parlamentar tem atuado de maneira mais ativa nos assuntos de política externa (DUARTE, 2019).

Esse posicionamento mais participativo fica em evidência quando, em março de 2019, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Alceu Moreira, pressionou o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a dar explicações sobre críticas feitas à China. Tendo em vista que a China é o maior parceiro comercial do agronegócio brasileiro, não seria de interesse da Bancada Ruralista que as relações com o governo chinês fossem estremecidas pelas afirmações do chanceler (OLIVEIRA, 2019). Em agosto, Alceu Moreira, Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados e membro da Frente Parlamentar, e Tereza Cristina foram à Europa para garantir que não houvessem retaliações comerciais devido às queimadas na Floresta Amazônica (BARBOSA, 2019). Já, em outubro, o líder da Bancada Ruralista viajou, novamente, à Europa acompanhado por Rodrigo Maia. Contudo, dessa vez, o destino era a Inglaterra e o propósito da viagem era debater as relações comerciais do agronegócio brasileiro com a

Inglaterra após sua retirada da União Europeia. Posteriormente, os parlamentares foram ao continente europeu para apresentar os dados do agronegócio ao Parlamento da União Europeia buscando melhorar a imagem do setor com os parceiros econômicos, após o período das queimadas (GLOBO RURAL, 2019).

Nesse sentido, é perceptível o aumento do interesse da Bancada Ruralista com a temática internacional entre o ano de 2000 e 2019. Há o amadurecimento do posicionamento dos interesses do agronegócio nas instituições políticas internas do poder Legislativo e sua projeção para a esfera internacional. Esse processo evidencia-se com o crescimento em participação quantitativa de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, todavia não limita-se a isso. Durante o ano de 2019, a Bancada Ruralista tem demonstrado interesse em se destacar como agente de Política Externa através de investidas no exterior independentes do Ministério das Relações Exteriores. A pressão sobre o chanceler e, principalmente, as viagens à Europa mostram que a Bancada Ruralista está buscando mais autonomia de atuação no âmbito internacional. Assim, é possível afirmar que a Bancada Ruralista é um agente de política externa, tanto como componente do Congresso nacional, quanto como bloco parlamentar independente.

4 CONCLUSÃO

Entendendo a presença constante da agricultura na história econômica brasileira, é perceptível trajetória similar nas instituições políticas nacionais. Os grupos de pressão relacionados ao setor agrícola existiram no sistema político brasileiro desde o período do Império, influenciando na formulação da Lei da Terra, passando pelo período da República Velha, forçando o Estado a comprar o excedente da produção de café para que os preços não reduzissem no mercado internacional, chegando ao período de redemocratização. Todavia, a organização política oficial do setor agropecuário no Congresso nacional apenas ocorreu em 2008, quando foi formulado a Frente Parlamentar da Agropecuária.

A Frente Parlamentar elevou seu grau de influência no Legislativo a partir da especialização da economia brasileira no agronegócio. Esse processo se deu através da convergência de elementos internos e externos entre a década de 1990 e 2010. O crescimento econômico brasileiro a partir dos anos 2000 apenas foi possível devido à implementação do Plano Real como política de estabilização econômica. Uma vez que a economia brasileira estabilizou-se da inflação herdada pelo milagre econômico foi possível que o Brasil aproveitasse as oportunidades de expansão comercial proporcionadas por um conjunto de acontecimentos internacionais. Por isso, o Plano Real e as políticas liberais da década de 1990 devem ser considerados ponto de inflexão para os rumos econômicos do Brasil no século XXI.

Nesse sentido, ao investigar a relação entre a expansão econômica do agronegócio no mercado internacional e os ganhos políticos da instituição parlamentar representativa dos interesses deste setor, comprova-se que a Bancada Ruralista reduziu em valores quantitativos, mas aumentou em grau de influência no Congresso brasileiro. Da mesma forma que a Frente Parlamentar da Agropecuária tem demonstrado maior interesse na participação das Comissões de Relações Exteriores do poder Legislativo. Somando-se a isso, a Bancada Ruralista tem desenhado sua projeção para além das fronteiras nacionais através de viagens à Europa para defender a imagem do agronegócio brasileiro, desacompanhada do Ministério das Relações Exteriores, e de questionamentos ao posicionamento internacional do Ministro Ernesto Araújo sobre a China. Assim, comprova-se que a Bancada Ruralista é um agente influenciador na formulação da política externa como componente do poder Legislativo e, em 2019, tem demonstrado interesse em se tornar um ator ativo na política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. Poder Legislativo e Política Externa no Brasil: Jogando com as Regras. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p.617-657, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000200008>. Acesso em: 09 nov. 2019.

ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Débora. Regime cambial mudança estrutural na indústria de transformação brasileira: evidências para o período (1994 - 2008). **Revista de Economia Política**, v 32, n 03. 2012. p. 424 - 444.

BANCO CENTRAL. BC calculava o valor diário da URV e organizou sistema bancário para a chegada do real. 2019a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/357/noticia>. Acesso em: 10 out 2019.

BANCO CENTRAL. **Plano Real**. 2019b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 10 out 2019.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século XXI**. 2014. Embrapa. Distrito Federal. p. 79 - 117.

BARBOSA, Marina. Tereza Cristina, Maia e Bancada Ruralista vão à Europa tentar evitar retaliações comerciais. **Jornal Congresso em Foco**. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/tereza-cristina-maia-e-bancada-ruralista-vaio-a-europa-tentar-protoger-acordos-comerciais/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século XXI**. 2014. Embrapa. Distrito Federal. p. 79 - 117.

BAUMANN, Renato. **As Economias Emergentes e o Cenário Internacional**. Brasília: Ipea, 2016. 56 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7230/1/td_2235.PDF>. Acesso em: 01 nov. 2019

BBC. **Governo Bolsonaro: Quem serão os ministros e os altos funcionários na futura equipe**. Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46229653>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRAGA, Juliana. **Produtor rural do Mato Grosso será o novo ministro da Agricultura**. G1. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/produtor-rural-do-mato-grosso-sera-o-novo-ministro-da-agricultura.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Criado na época do Império, Mapa completa 158 anos**. Brasília. 2018a. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/noticias/criado-na-epoca-do-imperio-mapa-completa-158-anos-neste-sabado>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Superavit de US\$ 81,86 bilhões do agronegócio foi o segundo maior da história**. Brasília. 2018b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/superavit-de-us-81-86-bilhoes-do-agronegocio-foi-o-segundo-maior-da-historia> Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Galeria dos Ministros. Brasília. 2019c. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros?b_start:int=100. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2019a. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 30 out 2019.

BRASIL. **AGROSTAT: Estatística do Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2019b. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>. Acesso em: 02 nov 2019.

BONAVIDES, Paulo. Os Grupos de Pressão e a Tecocracia. In: BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. Brasil: Malheiros Editores, 2000. Cap. 27. p. 557-582. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/262/1/Paulo%20Bonavides-Ciencia%20Politica.pdf>. Acesso: 05 nov 2019.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 1. Ed. Brasil: Editora Edusp, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação **Informatizada - ATO DA MESA Nº 69, DE 10/11/2005** - Publicação Original. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 10 nov 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. REQ 2502/2008: **Requerimento de Criação de Frente Parlamentar**. 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=389061>. Acesso em: 10 nov 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares da 54ª Legislatura**. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=54>. Acesso em: 09 nov 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares da 55ª Legislatura**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=55>. Acesso em: 09 nov 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares da 56ª Legislatura**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=56>. Acesso em: 09 nov 2019.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989) In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011a. p. 97 - 131.

CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011b. p. 131 - 165.

CORADINI, Odacir Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**. vol 18. n.36. Curitiba. 2010. p. 241-256. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/80218>. Acesso em: 07 nov 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2007-2011. Brasília (DF). 2006. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/267-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2007-2011-novembro-de-2006>. Acesso em: 08 nov 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2011-2015. Brasília (DF). 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/355-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2011-2015-dezembro-de-2010>. Acesso em: 08 nov 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2015-2019. Brasília (DF). 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014>. Acesso em: 08 nov 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Publicação: **Radiografia do Novo Congresso**. 2019a. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em: 08 nov 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2019-2023. Brasília (DF). 2019b. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/4045-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 08 nov 2019.

DUARTE, Isadora. Bolsonaro à Bancada Ruralista: “Esse governo é de vocês”. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>. Acesso em: 15 nov. 2019.

EMBRAPA. **Trajatória da Agricultura Brasileira**. Embrapa. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 01 nov 2019

ESTADÃO. Família Maggi, do “rei da soja”, entra na lista de bilionários da Forbes. *Economia & Negócios*. Jornal Estadão. Brasil. 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,familia-maggi-do-rei-da-soja-entra-na-lista-de-bilionarios-da-forbes,181831e>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FAO. **Segurança alimentar e nutricional**. FAO. 2015. Disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/seguranca_alimentar.html. Acesso em: 09 nov 2019.

FELLET, João; SCHREIBER, Mariana. **Dilma confirma escolha polêmica para Agricultura: saiba por quê**. BBC. Brasil. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141215_katia_abreu_nomeacao_rm. Acesso em: 15 nov. 2019.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à Análise de Política Externa. In: FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 03-88.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão. **Revista Indicadores Econômico FEE**. v. 26, n. 1. Rio Grande do Sul. 1998. p. 102 - 143. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1219/1573>. Acesso: 15 out 2019.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **História da FPA**. 2019a. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 10 nov 2019.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **Integrantes**. 2019b. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/integrantes/>. Acesso em: 10 nov 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Comércio Internacional e o Agronegócio Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17858>>. Acesso em: 25 out. 2019

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995 - 2002). In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011^a. p. 165 - 195.

GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011^b. p. 197 - 237.

GLOBO RURAL. Líder da Bancada Ruralista vai a Londres discutir comércio pós-Brexit. **Revista Globo Rural**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em:

<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2019/10/lider-da-bancada-ruralista-vai-londres-discutir-comercio-pos-brexit.html>. Acesso em: 15 nov. 2019.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 - 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 73-95

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA: Séries históricas**. 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 13 out 2019.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT: Séries históricas**. 2019b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 13 out 2019.

IBGE. IBGE estima safra recorde de 239,8 milhões de toneladas em 2019. Brasília: **Agência de Notícias do IBGE**, 2019c. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25406-ibge-estima-safra-recorde-de-239-8-milhoes-de-toneladas-em-2019>>. Acesso em: 30 out. 2019.

INSTITUTO AGRO. Comercialização de commodities agrícolas: principais mecanismos. Brasil. 2018. Disponível em: <https://institutoagro.com.br/commodities-agricolas/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

OLIVEIRA, Eliane. Ruralistas querem reunião de emergência com chanceler de Bolsonaro. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ruralistas-querem-reuniao-de-emergencia-com-chanceler-de-bolsonaro-23517780>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90 . In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org); ALÉM, Ana Cláudia et al. **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 11-42.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**. 1. ed. Brasil: Editora Brasiliense, 1969.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18. n.36, Curitiba, 2010. p. 147-174.

RIBEIRO, Renata Albuquerque. CONGRESSO E AGRONEGÓCIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. Política Externa. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. p. 4 - 24. Disponível em:

<<https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/04/congresso-e-agronegocio-politica-externa-brasileira-dois.pdf>>. Acesso em: 05 Não é um mês valido! 2019.
SILVA, André Luiz Reis da; SPOHR, Alexandre Piffero. A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil. **Relações Internacionais**, Lisboa , n. 50, p. 123-140, jun. 2016 . Disponível em
<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2019.

SILVA, Maria L Falcão. Plano Real e a âncora cambial. **Revista de Economia Política**, v 22, n 03. 2002. p. 03 – 24

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista. **Revista Temporalis**, n 024. 2012. p 215 – 237. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufes.br/?journal=temporalis&page=article&op=view&path%5B%5D=3094>. Acesso em: 18 out 2019.

STRACHMAN, Eduardo. Metas de inflação no Brasil (1999-2012): uma análise institucional. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, v 34, n 02. 2013. p 407 - 437. Disponível em:
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2896/3173>. Acesso em: 18 out 2019.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. **AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL: Inovação e Competitividade**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017